



[Handwritten signatures in blue ink]

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTO ANTÓNIO DE S. PEDRO DO SUL

Relatório de Gestão e Contas - 2024



Março/2025

NIPC: 501 157 506



Sempre ao seu lado.

Relatório de Gestão e Contas

2024 – Nota Prévia

Com o encerramento de 2024, é tempo de refletir e avaliar as expectativas e os resultados alcançados ao longo do ano. Desde o início, este revelou-se um período marcado por desafios e incertezas, sobretudo devido aos impactos da crise inflacionista decorrente dos conflitos na Ucrânia e na Faixa de Gaza, que agravaram significativamente os custos operacionais.

O impacto dessas dificuldades foi, em parte, adiado graças a determinadas salvaguardas contratuais e condições comerciais que suavizaram os primeiros efeitos na economia nacional. No entanto, apesar deste alívio inicial, nos novos procedimentos de contratação já se sentiram esses efeitos. Não obstante, mantivemos o compromisso com os padrões de qualidade e referência nos serviços prestados, sem comprometer a nossa missão institucional.

Procurou-se, ao longo do ano, um equilíbrio face às perspetivas económicas mais pessimistas. Apesar das dificuldades, reafirmamos o papel da Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro do Sul como uma instituição de referência na região, moderna e inclusiva, cujo reconhecimento é fruto da confiança dos utentes, das suas famílias e da comunidade. Esse reconhecimento deve-se não apenas à abrangência dos serviços e aos resultados obtidos na comunidade, mas também aos valores que promovemos em todas as nossas respostas sociais, bem como ao profissionalismo e dedicação contínua dos nossos colaboradores.

O último ano foi igualmente marcado pela continuidade de investimentos estratégicos, ainda que de forma prudente, tendo em conta o aumento progressivo dos custos com pessoal e o impacto da inflação. Investimentos dos quais destacamos a empreitada de remodelação e ampliação da creche. Como resultado, registou-se um saldo líquido negativo de aproximadamente 214 mil euros, contrariando as previsões orçamentais, que apontavam para um resultado praticamente nulo, apesar de positivo.

Além disso, o ano transato veio reforçar, mais uma vez, a relevância das instituições da economia social, tanto na criação de emprego como no apoio à comunidade. Contudo, é essencial alertar para as dificuldades crescentes que afetam a gestão destas entidades, devido à insuficiência das compensações financeiras atribuídas pelo Estado face às exigências dos serviços prestados. A par disso, novos desafios sociais emergem e a subida da Retribuição Mínima Mensal Garantida, sem a correspondente atualização dos acordos de cooperação e apoios para investimentos na modernização das infraestruturas, compromete a sustentabilidade do setor.

Adicionalmente, a incerteza na legislação laboral, nomeadamente os atrasos na atualização e correspondente aplicação da convenção coletiva de trabalho das Misericórdias, representou mais um fator de instabilidade ao longo do ano. Esta situação gera dificuldades de atração de recursos humanos e acentua, na nossa opinião, a necessidade de uma revisão mais atempada, pelas entidades interlocutoras responsáveis, das tabelas salariais e da uniformização das regras para as entidades da economia social.

Perante estes desafios, os resultados acumulados e conforme previsto no orçamento do ano, tornou-se inevitável o encerramento do CATL, que cessou atividade a 15 de setembro de 2024, não reabrindo assim para o novo ano letivo.

Por fim, reiteramos o compromisso já expresso em relatórios anteriores: manter a exigência, o rigor e a transparência como pilares fundamentais, garantindo a qualidade e níveis dos serviços e, simultaneamente, prevenindo dificuldades financeiras, nomeadamente de falhas de tesouraria.

Com o apoio contínuo da comunidade, seguimos resilientes, comprometidos e empenhados na nossa missão social.

A Mesa Administrativa



Índice

INTRODUÇÃO.....	9
MODELO DE GOVERNO ESTATUTÁRIO.....	11
Mesa da Assembleia Geral	11
Mesa Administrativa.....	11
Conselho Fiscal	11
Identificação da Entidade	12
RCBE.....	12
POLÍTICA DE QUALIDADE.....	13
Missão.....	13
Visão	13
Valores.....	14
Objetivos estratégicos - período 2024-2026	14
FACTOS RELEVANTES.....	20
1.º Trimestre.....	20
2.º Trimestre.....	21
3.º Trimestre.....	22
4.º Trimestre.....	23
Balanço Objetivos Plano Atividades de Gestão	24
Balanço da Organização Administrativa.....	26
Quadro Associativo.....	27
SÍNTESE DE INDICADORES	28
1. Evolução do total de gastos.....	28
2. Evolução do total de rendimentos	32
3. Evolução dos resultados (operacional e financeiro).....	38
4. Grandes Números da Atividade da MSPS.....	44
5. Mitigação da Guerra na Ucrânia e da Guerra em Israel/Faixa de Gaza	51
6. Sustentabilidade 2024	54
7. Eventos subsequentes	58
8. Proposta de aplicação de resultados.....	59
NOTA FINAL	60
ANEXOS.....	62

Anexo 1 – Relatório de Contas	63
BALANÇO	65
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA	66
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	67
ANEXO 2024.....	68
1. Identificação da Entidade	68
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	68
3. Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	68
3.1 Principais políticas contabilísticas.	68
4. Fluxos de Caixa	76
5. Ativos Fixos Tangíveis	76
5.1 Bens do património histórico, artístico e cultural	76
5.2 Outros Ativos Fixos Tangíveis	76
5.3 Propriedades de Investimento	79
6. Ativos Intangíveis.....	79
6.1 Outros Ativos Intangíveis.....	79
7. Custo de Empréstimos Obtidos	80
8. Inventários	81
9. Rédito	81
10. Provisões.....	81
11. Subsídios e outros apoios das entidades públicas	82
12. Benefícios dos empregados.....	82
13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	83
14. Outras Informações	84
14.1 Investimentos Financeiros.....	84
14.2 Créditos a receber	84
14.3 Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros.....	85
14.4 Outros ativos correntes	85
14.5 Diferimentos	86
14.6 Caixa e Depósitos Bancários	86
14.7 Fundos Patrimoniais	86
14.8 Fornecedores.....	87
14.9 Estado e Outros Entes Públicos	87
14.10 Outros passivos correntes	88

14.11	Subsídios, doações e legados à exploração	88
14.12	Fornecimentos e serviços externos	88
14.13	Trabalhos para a própria entidade	89
14.14	Outros rendimentos	89
14.15	Outros Gastos	89
14.16	Acontecimentos após data de Balanço	90
Anexo 2 – DMR Comparativas		91
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA E POR VALÊNCIAS.....		93
Anexo 3 – Parecer do Conselho Fiscal		107
Anexo 4 – Ata da Assembleia Geral.....		109

(Handwritten signatures and initials in blue ink, including a circled '2.' and various illegible signatures)

Q.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the word "Ass." and several illegible signatures.

Relatório de Gestão e Contas - 2024

INTRODUÇÃO

A atual Mesa Administrativa, empossada em 06 de janeiro de 2023, no seguimento da Assembleia Geral Eleitoral de 18 de dezembro de 2022, mantém-se fiel à Missão desta Instituição quase bicentenária, não obstante as alterações na estratégia de intervenção definidas ou a definir.

Assim, em conformidade com o estabelecido na Lei e no Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Santo António de S. Pedro do Sul, a Mesa Administrativa vem submeter à apreciação, discussão e votação dos Irmãos, o Relatório de Atividades e as Contas de Exercício do ano de 2024, acompanhado do respetivo Parecer do Conselho Fiscal.

No presente Relatório estão indicados os principais desenvolvimentos das atividades de exploração da responsabilidade da Mesa Administrativa e, com ele, pretende-se dar conta dos compromissos assumidos em termos de execução dos objetivos estratégicos para 2024 constantes do Plano de Atividades e do Orçamento de Exploração correspondente.

Pela sua relevância e sem prejuízo da consulta do presente Relatório e Contas, destacam-se os seguintes indicadores no ano em referência:

- Cash flow de 38.933,29€;
- Autonomia Financeira de 88,50%;
- Gastos com o pessoal no montante de 3.258.039,22€;
- Participações do ISS - Instituto da Segurança Social, IP, ao abrigo dos acordos de cooperação, no montante de 2.506.421,48€ (inclui componente do Ministério da Educação no Pré-escolar);
- Resultado Líquido do Exercício (RLE) de 2024 de -214.236,05€.

Os indicadores de atividade anteriores revelam, em linha com o orçamento, uma quebra do RLE, com uma deterioração do resultado para valores negativos no ano, assente num aumento dos rendimentos (5,29%) numericamente inferior ao aumento dos gastos (11,79%). Para tal, contribuiu de forma significativa o agravamento dos gastos com pessoal (16,62%, via atualização da RMMG – Retribuição Mínima Mensal Garantida e da atualização extraordinária da CCT – Convenção Coletiva do Trabalho verificada em dezembro de 2024, com retroativos a janeiro/24), a realização dos investimentos realizados na beneficiação e aumento de capacidade da Creche, com impacto no aumento dos gastos com depreciações (agravamento de 7,29%) e o registo de perdas por imparidade, com agravamento de 606,00%.

A par deste agravamento, a nível dos proveitos, as atualizações não foram tão expressivas, pelo que o impacto negativo anterior não foi coberto.

Recorde-se, a nível dos proveitos, a alteração de política contabilística na “Contabilização de Rédito”, preconizada pelo parecer da CNC – Comissão de Normalização, na qual as comparticipações mensais do Estado (Acordos com a Segurança Social) passaram a ter contabilização distinta desde 2023 (registo na rubrica 72 – Prestação de serviços em vez de 75 - Subsídios). Alteração que leva às flutuações significativas registadas na análise histórica entre os anos 2022 e 2023.

Do anterior e dentro da rubrica 72 – Prestação de Serviços, registamos o acréscimo das comparticipações dos utentes/famílias de apenas 1,49% e dos acordos de cooperação de 3,38%, o que releva para um acréscimo global da rubrica 72 de 3,62%.

Destaca-se, também, o acréscimo de 25,52% da rubrica de subsídios e legados à exploração e do benefício da alta dos juros, que resultou num acréscimo de 118,54% nos rendimentos associados.

Por fim, se contabilizarmos os acordos de cooperação da Segurança Social (ISS) e os restantes subsídios deste organismo, de forma conjunta, registamos um acréscimo de 5,21%.

Registada uma estabilização da inflação no ano de 2024, apresentamos uma estrutura de despesa essencialmente centrada nos gastos com pessoal, em crescendo, seguindo-se o fornecimento de serviços externos, estável, pelo que se impõe cautela, não obstante o registo de estabilidade a curto e médio prazo, sustentada e em linha com os resultados de anos anteriores: excedente financeiro líquido da atividade anual (Cash Flow) em valores muito positivos (apesar de descida de 85,63% face a 2023) e uma autonomia financeira estável e próxima de 90% (88,50% em 2024).

Não obstante o anterior, reiteramos a cautela e preocupação esplanada no orçamento para 2025, quanto à incerteza decorrente da instabilidade social e incerteza económica originada pelas guerras na Ucrânia e Faixa de Gaza.

Abordamos o relatório de contas de 2024 tendo por base a análise dos dados financeiros registados neste ano e nos 4 anos anteriores, com a frieza que os números impõem e com a consciência de que apenas podemos gastar o que seja coberto pelos rendimentos.

MODELO DE GOVERNO ESTATUTÁRIO

Os Órgãos Sociais, com mandato em vigor no ano 2023 (quadriênio 2023/2026), foram empossados a 06 de janeiro de 2023, no seguimento da Assembleia Geral Eleitoral de 18 de dezembro de 2022.

Dos Órgãos Sociais eleitos, obtivemos homologação pelo bispo diocesano a 18 de janeiro de 2023. Foi comunicado, ainda, o registo das eleições junto do Instituto da Segurança Social – Centro Distrital de Viseu a 20 de janeiro de 2023.

Apresenta-se, nestes termos, a composição dos órgãos em funções a 31 de dezembro de 2023 (mandato 2023/2026, empossados a 06/01/2023).

Mesa da Assembleia Geral

Elementos em funções:

Presidente – Rui Jorge Ferreira Barros

Vice-Presidente – Maria João Martins Figueiredo Fernandes

Secretária – Paula Cristina Paiva Pinto

Mesa Administrativa

Elementos em funções:

Provedor – José da Cruz Fernandes

Vice-Provedor – António Santos Pais

Tesoureiro – Agostinho Almeida Bizarro

Secretário – Eduardo Rodrigues Silva

Vogal – Ana Maria Paiva Oliveira

Conselho Fiscal

Elementos eleitos:

Presidente – Manuel Conde Marques de Oliveira

Vice-Presidente – Joaquim António Tavares Loureiro

Secretária – Maria João Santos Tavares Jorge

A Mesa Administrativa eleita foi recomposta na sua reunião de 12 de janeiro de 2023, atendendo o pedido de demissão apresentado pelo irmão eleito António Fernandes Almeida Pinto, por questões pessoais surgidas já após a tomada de posse, tendo sido chamado a ocupar o lugar efetivo o segundo irmão suplente, Agostinho Almeida Bizarro.

A vertical column of handwritten signatures in blue ink on the right side of the page. From top to bottom, there are approximately seven distinct signatures, some appearing to be initials or names, written in a cursive style.

Identificação da Entidade

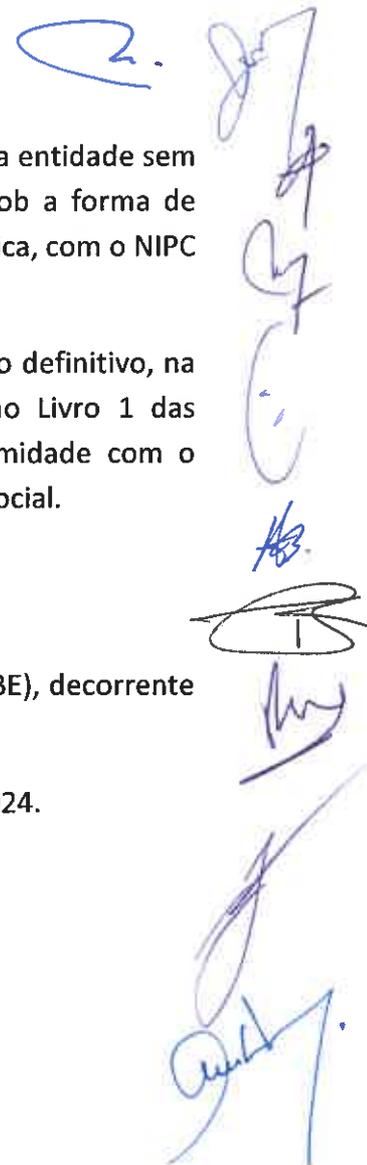
A Santa Casa da Misericórdia de Santo António de S. Pedro do Sul é uma entidade sem fins lucrativos, IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social, sob a forma de Irmandade da Misericórdia, com estatuto reconhecido de utilidade pública, com o NIPC 501 157 506 e sede na R. da Misericórdia, n.º 6 em São Pedro do Sul.

Como Instituição de Solidariedade Social, encontra-se registada, a título definitivo, na Direção-geral da Segurança Social, desde 12 de agosto de 1983, no Livro 1 das Irmandades da Misericórdia, sob o n.º 51/83, a fl. 138, em conformidade com o Regulamento de Registo das Instituições Particulares de Solidariedade Social.

RCBE

Procedeu-se à declaração de registo central do beneficiário efetivo (RCBE), decorrente do último ato eleitoral, a 24 de janeiro de 2023.

Procedeu-se à confirmação anual no RCBE, referente a 2024, a 20/12/2024.



POLÍTICA DE QUALIDADE

A Santa Casa da Misericórdia de S. António de São Pedro do Sul, abreviadamente designada por Misericórdia, desenvolve e promove um conjunto de respostas sociais, tipificadas e não tipificadas, que acompanham a comunidade ao longo de todo o seu ciclo da vida. Nesta perspetiva, concorre com a sua ação para a implementação das políticas sociais nacionais, para a cooperação interinstitucional e coesão.

Com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e justiça entre os indivíduos, tem como principal atividade a ação social para pessoas idosas e crianças, expressa nas suas 6 valências tipificadas: ERPI (Estrutura Residencial para Idosos) – Casa da Quinta (Lar de Idosos); ERPI Lar de Grandes Dependentes; SAD – Serviço de Apoio Domiciliário; Centro de Dia (Casa das Amoreiras); Creche e Pré-escolar.

Refira-se que, conforme previsto no plano de atividades e orçamento, procedeu ao encerramento do CATL – Centro de Atividades de Tempos Livres em setembro de 2024.

Acresce ao anterior, as valências não tipificadas de auxílio à comunidade, como o apoio alimentar (incluindo-se o programa Privação Material), BAT – Banco de Ajudas Técnicas e horta comunitária.

Assim, pretende valorizar a contribuição dos utentes, familiares, colaboradores e de todas as partes interessadas, através de uma intervenção conjunta e multidisciplinar, orientada para a satisfação das necessidades das pessoas idosas, crianças ou elementos da comunidade.

Procura centrar a intervenção na melhoria contínua da reflexão, planeamento e atuação, com vista a atingir os resultados desejados, cumprindo os requisitos legais e regulamentares.

Procura motivar e incentivar os associados a serem parceiros ativos na construção de uma Instituição cada vez mais inclusiva, dinâmica e próxima da comunidade.

Missão

Ser o instrumento promotor dos valores e atividade das Misericórdias, promovendo a organização de serviços de interesse comum e fomentando os princípios que determinam o espírito solidário da sua ação, estimulando a fraternidade e ajuda ao próximo

Visão

Ser uma instituição de referência, destacando-se pela qualidade e satisfação nos serviços que presta em prol da cooperação com a Sociedade.

Valores

A política de qualidade da Misericórdia tem como valores/princípios orientadores:

- Referencial de valores humanistas – porque é importante criar e disponibilizar um serviço humanizado;
- Satisfação dos utentes – porque acreditamos e queremos garantir que o utente está sempre em primeiro lugar;
- Envolvimento – dos colaboradores, irmãos e outros indivíduos/instituições na concretização dos objetivos da Instituição, porque acreditamos no trabalho em equipa;
- Credibilidade – porque garantimos o cumprimento dos requisitos legais e procuramos a melhoria contínua da Instituição;
- Proximidade – porque colocamos paixão, inovação e criatividade nas abordagens e nas respostas;
- Inovação – porque fomentamos um espírito ativo de responsabilidade social e ambiental.

Objetivos estratégicos - período 2024-2026

No plano estratégico aprovado para o triénio 2024-2026 registamos como uma das principais linhas de força, para o triénio, a condução desta Instituição à sua referência como uma organização de excelência na prestação de serviços; como uma organização de referência na defesa dos direitos de todas as pessoas; e como uma organização de oportunidades para a autodeterminação dos seus utentes.

Igualmente incontornável, neste movimento, consideramos a prossecução da sua missão social de apoiar, reabilitar e incluir, consolidar a sua atuação no público atual e estudar, ponderar e consolidar novas áreas de intervenção.

Do ponto de vista estritamente organizacional, revela-se fundamental iniciar o processo já bastante atrasado de requalificação da ERPI – Lar de Grandes Dependentes, cujo projeto já se encontra em fase de execução (com licenciamento camarário – arquitetura e especialidades, bem como todos os pareceres recolhidos e favoráveis), mas condicionado a enquadramento orçamental em termos de eventual apoio público para a execução das obras (ao abrigo do PT 2030, ou outro, atendendo a não aprovação a nível do programa PARES 3.0 e PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, por falta de dotação orçamental).

Em relação ao outro grande projeto da Instituição, o Hotel Geriátrico, o mesmo, atendendo o indeferimento da candidatura ao PRR para o Hotel, também por falta de dotação orçamental, e face o agravamento da estimativa orçamental para a empreitada, foi levado a reunião de Assembleia Geral, estando-se, atualmente, em processo de

reformulação do projeto para novas áreas de intervenção, a passar pela habitação (para arrendamento) e serviços na área da saúde.

Não esqueçamos, de igual modo, a intervenção parcelar e gradual no edifício da área de infância, mais concretamente na zona do Pré-escolar (e em complemento à intervenção realizada na Creche), por forma a se ir beneficiando o mesmo gradualmente e sem penalizar/agravar a situação financeira desta área social.

Por fim, refira-se a implementação de clínica de fisioterapia, cujas cuja adaptação do espaço já está a decorrer, prevendo-se a sua entrada em funcionamento ao longo do ano de 2025.

Fomentar partilhas de intencionalidades e necessidades, entre todos os envolvidos na instituição é, assim, uma preocupação constante, no sentido de transformar a MSPS numa instituição inclusiva que manifesta, nos atos diários de representação e determinação de todos os envolvidos, a sua missão e valores.

Objetivos respeitantes aos eixos estratégicos definidos

Associativismo:

- Manter o atual nível de associados e, se possível, garantir a angariação de mais associados, rejuvenescendo a sua base associativa, para que os valores corporativos e a visão se expressem na missão da organização.
- Estudar o plano de regalias de associados, eventualmente alargando-o, levando a discussão o mesmo a Assembleia Geral.

Sustentabilidade (financeira):

- Promover a rentabilização dos recursos humanos.
- Diversificar o financiamento, acreditando que as tendências indicam a incontornável necessidade de garantir novas fontes de financiamento regular dos serviços.
- Apresentar candidaturas a projetos nacionais e comunitários para o financiamento de projetos estruturais (investimentos/obras) e projetos de inovação social setoriais.
- Promover o projeto de “Clínica de Fisioterapia”, tendo acoplado conjunto de prestação de serviços à comunidade, nomeadamente com parceiros comerciais.
- Promover o projeto de habitação e alargamento de serviços de saúde no edifício do antigo hospital, acoplado conjunto de prestação de serviços à comunidade com parceiro comercial.

Pessoas e Serviços:

- Manter a operacionalidade dos acordos de cooperação atuais.
- Estabelecer acordo de cooperação para CD – Centro de Dia (Transferência do acordo do CATL).
- Melhorar qualitativamente as condições de habitabilidade e serviço na ERPI – Lar de Grandes Dependentes, pela remodelação do edifício.
- Apostar na qualificação profissional contínua dos colaboradores e disponibilizar ações de natureza formativa a familiares e cuidadores informais.

Comunicação:

- Divulgar o desempenho da instituição visando o aumento da sua notoriedade.
- Consolidar a identidade institucional enquanto prestador de serviços de qualidade.
- Divulgar a política de mecenato e patrocínios.
- Remodelar o site institucional, tornando-o responsivo e adaptando-o a novos grafismos e interligação com as redes sociais.

Inovação e desenvolvimento:

- Articular e monitorizar os PI dos utentes e quadros de referência no âmbito da qualidade de vida dos mesmos.
- Manter as atividades de desenvolvimento que promovam a abertura da MSPS, a partilha de saberes e a sua posição a nível regional, bem como participar em iniciativas externas de instituições congêneres e/ou coorganizar atividades interinstitucionais.

Objetivos respeitantes ao processo de Certificação da Qualidade dos Serviços

- Validar o processo chave de admissão, acolhimento e gestão do contrato.
- Estruturar, definir e validar o processo chave de Plano Individual.
- Estruturar, definir e validar o processo chave de Planeamento e acompanhamento das atividades de desenvolvimento pessoal.
- Estruturar, definir e validar o processo chave de Nutrição e atividades instrumentais da vida quotidiana.
- Revisão e Validação do processo global de SGQ.
- Avaliação de eventual pedido de certificação de qualidade (balanço de custos/benefícios).

A organização e implementação da estratégia, à semelhança do plano anterior, mantém-se assente nos seguintes vetores: estrutura organizacional; alinhamento e articulação entre serviços; desenvolvimento estratégico de Recursos Humanos; desenvolvimento de parcerias; desenvolvimento de novos projetos; controlo da Gestão e Qualidade; e programa de Implementação.

Incute-se, assim, uma rede organizacional num compromisso de liderança consubstanciado na partilha de responsabilidade e uma atuação onde se perspetiva o indivíduo ao longo da vida. O próprio “ciclo da vida” é imagem de marca da instituição, pelo que deve sempre ser salvaguardada a criação de respostas diversificadas de apoio, numa intervenção adequada desde a tenra idade até aos últimos cuidados (muito deles paliativos) em idades mais avançadas.

A Misericórdia é uma instituição onde o objeto de trabalho são as pessoas. É, assim, imprescindível melhorar continuamente as habilidades humanas de todos os elementos, particularmente em algumas áreas como sejam a motivação, a liderança, a comunicação, aspetos técnico-profissionais de geriatria e acompanhamento de crianças, através da formação/especialização, contribuindo para um crescendo de satisfação de todos os colaboradores.

Importa, também, avaliar o crescente e contínuo peso dos recursos humanos na estrutura de custos da MSPS e a dificuldade de recrutamento sentida na área sénior, trabalhando a forma como divulgamos as ofertas de trabalho e tornamos os postos de trabalho atrativos para os potenciais candidatos.

Neste campo, a nível de CCT – Contrato Coletivo de Trabalho em vigor, refira-se a dificuldade acrescida pela desatualização constante da CCT em vigor: UMP/SEP e outros de 29/06/2023, revista/atualizada a 08/12/2024, aguardando-se a respetiva publicação da Portaria de extensão.

Adicionalmente, importa referir que o CCT da CNIS, com a portaria de extensão associada à UMP/SEP, se manteve em vigor por um período de 15 meses após a celebração do contrato de trabalho, para os colaboradores que tenham escolhido esta convenção (no caso, até 16/08/2024).

Importa referir, também, que com a subida anual da RMMG - Retribuição Mínima Mensal Garantida e como as tabelas têm sido revistas apenas perto do final do ano, estas ficam de imediato com tabelas salariais desatualizadas, o que representa um desafio para o setor social (e conseqüentemente para esta Misericórdia), na reposição de algum equilíbrio e justiça salarial, via atualização anual regrada dos níveis salariais acima da base da RMMG.

Em termos de parcerias, é objetivo estratégico fazer parte ativa das comunidades locais, quer através de mecanismos formais (Rede social, Comissões Municipais, protocolos

institucionais ou outros), quer através de relacionamentos informais. Tal intervenção consubstancia o carácter participativo e interventivo da MSPS, enquanto organização de múltiplas respostas.

A MSPS deve ser capaz e competente, também, para garantir a sua crescente capacitação de abordagem a questões como o *empowerment* ou empoderamento dos utentes, a autodeterminação e o poder de decisão autorreguladora.

A operacionalização do programa de gestão revela-se, a par do plano e orçamento previsional anual, no planeamento de atividades anual submetido a apreciação e validação pela MA e, conseqüentemente, dos irmãos, colaboradores, utentes, voluntários, parceiros e demais entidades e organismos com os quais haja interligação na atuação corrente da MSPS.

Recolhe-se o contributo, direta ou indiretamente no desenho do programa, de todos os interessados, quer através das sugestões e avaliações que nos fazem chegar (caixa de sugestões; avaliação de satisfação; entre outros), quer porque são chamados a opinar acerca das atuações de futuro. O caminho passa também por incentivar a uma participação cada vez mais alargada.

O ano de 2024 foi, neste campo, o primeiro ano de implementação do plano estratégico em vigor (triénio 2024-2026), do qual, em termos gerais, apontamos os seguintes aspetos:

- O plano está a ser promovido com uma estrutura organizativa, potenciando os vários setores/áreas de atuação da MSPS, numa lógica de partilha de responsabilidades e de assunção das dinâmicas, objetivos e desempenho de cada serviço. Estes são discutidos, desenhados e assumidos pelas pessoas diretamente implicadas na gestão dos mesmos.
- Consolida, também, uma melhoria contínua do modelo de funcionamento geral da instituição, a par das regras de funcionamento e formas de proceder, bem como do reforço do quadro técnico e desenho de nova resposta social a implementar.
- Externamente, continuamos a “alimentar” o exercício de transparência, traduzido na partilha e comunicação do que se faz e dos projetos institucionais. Refira-se os conteúdos de planeamento, de regulação de serviços, da atividade institucional, que são permanentemente atualizados na internet e a ser comunicados em notas de imprensa, garantindo um acesso alargado e público à informação produzida pela instituição.
- A melhoria das infraestruturas (que ainda decorre e continuará) e o embarcar no desafio da definição de um processo de gestão da qualidade para eventual certificação, com atraso, dado que ocupa boa parte da energia e da maturação dos quadros técnicos e não técnicos da MSPS, dedicados a encontrar formas de

espelhar a sua atuação, na definição de uma linguagem comum, para objetivos comuns. Está-se a delinear e a “escrever” as formas de fazer, partindo da prática diária dos serviços, da própria cultura organizacional e como resposta às exigências da modernidade do terceiro setor.

- Estamos na fase da maturidade, estando os serviços a promover o auto controle de acordo com a regulação estabelecida e a monitorização permanente, permitindo tomar decisões considerando um conhecimento e um maior domínio do todo institucional. Esta maturidade verifica-se, também, pela capacidade atual das equipas para planear, medir resultados e focalizar a sua atenção no utente, nunca deixando de parte a ligação institucional com os corpos gerentes e o próprio envolvimento destes no processo.
- Mas, também, nos deparamos com desafios adicionais, destacando-se, pelo seu impacto, o atraso na conclusão da definição dos processos do sistema de qualidade, pela falta de tempo útil para as reuniões preparatórias e de desenho dos processos. Desafio que foi muito condicionado pelas limitações organizativas decorrentes da fase de pandemia Covid-19 (e pós pandemia) e que levou a uma alteração completa dos hábitos, rotinas e planeamento entre 2020 e 2023. Alterações das quais se tem paulatinamente reposto em 2023 e 2024.
 - Em termos de desafios condicionantes, também registamos no ano de 2024 o impacto social e económico da continuação da guerra na Ucrânia e na Faixa de Gaza, com a intervenção da instituição no apoio integrado e em parceria aos refugiados, para além da definição de estratégias de mitigação do impacto económico da escalada inflacionista que se verificou até ao arranque de 2024 e sua estabilização neste último ano.

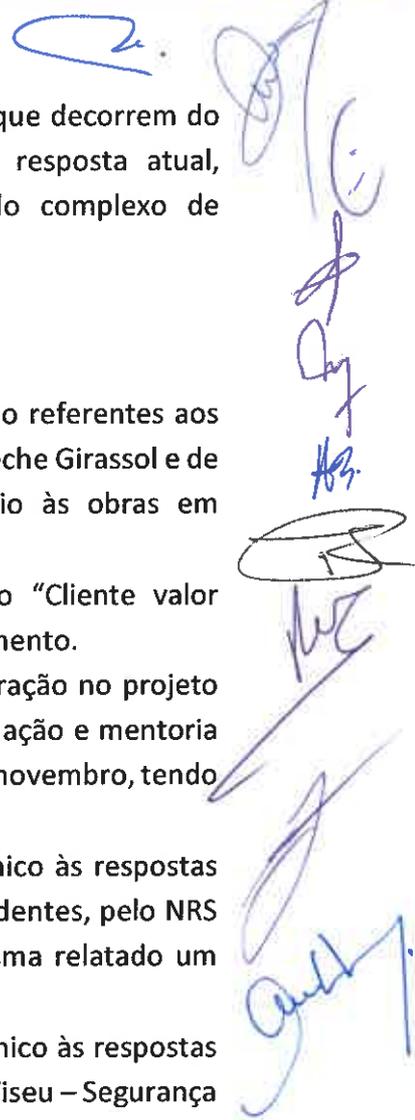
Documento divulgado/disponível de forma aberta na página internet institucional (www.mspsul.pt).

FACTOS RELEVANTES

Anotemos alguns factos relevantes assinalados no ano em análise e que decorrem do planeamento e prossecução dos objetivos traçados com vista à resposta atual, enquadrada face à legislação e exigências atuais em matéria do complexo de necessidades das gerações atuais.

1.º Trimestre

- A 02 e 10 de janeiro, foram assinados os autos de consignação referentes aos vários lotes da “Empreitada de remodelação e ampliação da Creche Girassol e de Eficiência Energética do Edifício do Jardim”, dando-se início às obras em referência.
- A 18 de janeiro fomos distinguidos pelo NovoBanco como “Cliente valor Negócios 2024”, pelo desempenho, competitividade e envolvimento.
 - Para além da distinção, fomos premiados com a integração no projeto MILES da Fundação Manuel Violante – projeto de formação e mentoria em várias áreas da gestão, que decorreu entre janeiro e novembro, tendo participado um grupo de 14 colaboradores.
- A 25 de janeiro, foi realizada visita de acompanhamento técnico às respostas sociais de ERPI – Casa da Quinta e ERPI Lar de Grandes Dependentes, pelo NRS do Centro Distrital de Viseu – Segurança Social, tendo a mesma relatado um funcionamento adequado.
- A 02 de fevereiro, foi realizada visita de acompanhamento técnico às respostas sociais de Centro de Dia e SAD, pelo NRS do Centro Distrital de Viseu – Segurança Social, tendo a mesma relatado um funcionamento adequado.
- No primeiro trimestre, ao abrigo do CCP – Código dos Contratos Públicos, procedemos ao lançamento dos seguintes concursos:
 - Em janeiro, por ajuste direto simplificado, o referente à aquisição dos serviços de projeto de clínica de fisioterapia e estudo de fachada do edifício.
 - Em janeiro, por ajuste direto simplificado, o referente à substituição das janelas da Loja de contabilidade do bloco do edifício das Finanças (Av. Sá Carneiro, 39 Cv Esq.).
- A 16 de fevereiro, conjuntamente com o Agrupamento de Escolas de S. Pedro do Sul e MUT – Associação Mutualista de S. Pedro do Sul, realizou-se o desfile de carnaval das crianças, pela Av. Sá Carneiro em São Pedro do Sul.
- Decorrente da gestão de contratos em *outsourcing*, procedeu-se a renegociação/consulta dos seguintes contratos:
 - Em janeiro, o referente à manutenção preventiva do Grupo gerador e PT – Posto de Transformação.



- Em janeiro, o referente à prorrogação da prestação de serviços de ROC/SROC – Revisor Oficial de Contas, até ao final do corrente ano e para preparação de nova consulta.
- Em março, o referente à prestação de serviços de assistência informática, melhorando as condições e mantendo o valor, para o período de 2025.
- A 05 de março procedeu-se à assinatura de adenda ao acordo de cooperação para as Cantinas Sociais, referente ao 1.º semestre de 2024.
- Em março fomos parceiros da Associação Desportiva Academia Andebol – São Pedro do Sul, na realização do “XII Termas Andebol Cup”, através da cedência de instalações no antigo Centro de Saúde para o alojamento das equipas participantes.

2.º Trimestre

- Submetemos a 12 de abril junto do PRR o pedido de alteração administrativo para reforço financeiro do projeto de “Remodelação e ampliação da Creche Girassol”, passando de um valor de investimento público aprovado de 365.000,00€ para 437.697,74€, em conformidade com a alteração do aviso de candidatura.
- Em 03 de maio procedeu-se a apresentação de candidatura ao PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, para a aquisição de uma viatura elétrica de passageiros (9 lugares), com transformação (aviso 12/C03-i01/2024), com vista a afetação da mesma às ERPI.
 - Candidatura que obteve aprovação com o montante financeiro de 40.000,00€ já em 2025.
- Em julho, articulamos, divulgamos e participamos na campanha “Energia Solidária – 2024” promovida pela Entrajuda e Galp, possibilitando a atribuição de uma garrafa de gás Galp (13Kg), sem custos, a 46 famílias mais carenciadas do concelho de S. Pedro do Sul (105 beneficiários).
- A 08 de maio promovemos, em articulação com as restantes IPSS do concelho, à comemoração do Dia da Europa no Pavilhão da Lameira.
- Entre 13 e 16 de junho, decorreram as comemorações de S. António, padroeiro desta Misericórdia, com um programa cultural abrangente e aberto à comunidade.
- A 18 de junho, numa iniciativa conjunta com o Município e as restantes IPSS concelhias, promovemos a “I Jornada + Visibilidade – pensar a pessoa idosa”, com um leque alargado de especialistas oradores, destinado a cuidadores e comunidade em geral.
- A 10 de maio procedemos à alienação em hasta pública da Loja – Fração AR do artigo matricial 2447 (Loja do Shopping), tendo a mesma ficado deserta de

propostas, pelo que se procedeu, conforme previsto no programa do procedimento, a venda por ajuste direto, confirmada a 18 de junho.

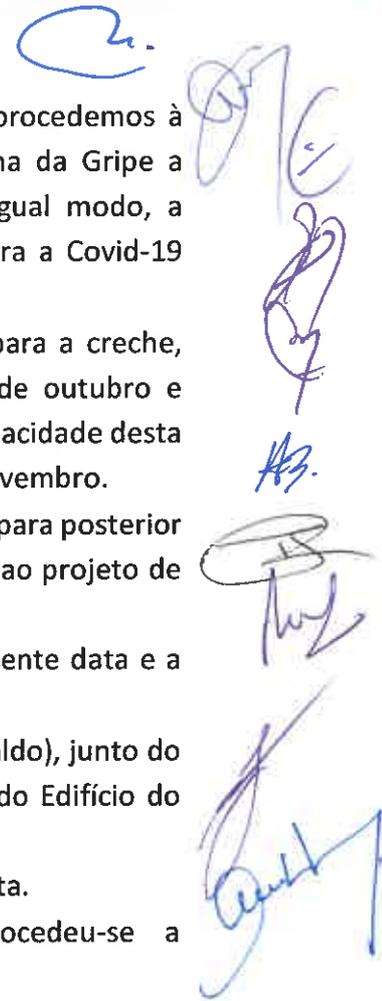
- A 28 de junho realizou-se, de forma abrangente e mais participativa, a Festa Final de Ano Letivo nas valências da área de infância, tendo a festa de finalistas decorrido anteriormente a 21 de junho.
- Apresentado à Segurança Social o pedido de renovação da comparticipação por funcionamento em horário alargado – creche, para o ano letivo 2024/25.

3.º Trimestre

- A 15 de julho procedeu-se à assinatura de adenda ao acordo de cooperação para as Cantinas Sociais, referente ao 2.º semestre de 2024.
- A 01, 02 e 30 de agosto, foram assinados os autos de receção provisória referentes aos vários lotes da “Empreitada de remodelação e ampliação da Creche Girassol e de Eficiência Energética do Edifício do Jardim”, dando-se por concluídas as obras em referência.
- Assinamos a 27 de agosto o Termo de Aceitação referente ao reforço financeiro do PRR relativo ao projeto de “Remodelação e ampliação da Creche Girassol”, passando de um valor de investimento público aprovado de 365.000,00€ para 437.697,74€.
- Decorrente da gestão de contratos em *outsourcing*, procedeu-se a renegociação/consulta dos seguintes contratos:
 - De abril a maio, dos serviços de alimentação e gestão de cozinha central.
 - De junho a julho, das comunicações fixas e móveis e serviço TV, com melhoria das condições contratuais.
 - De julho a setembro, o de fornecimento de gás propano a granel, com melhoria das condições contratuais.
 - Em setembro, o de prestação de serviços de ROC/SROC, para novo período contratual de 2 anos renováveis e com início a 01/01/2025, melhorando as condições.
- Foi aprovada a candidatura ao apoio à Creche por funcionamento em horário alargado, ano letivo 2023/24, e assinada a 25/09/2024 a respetiva adenda ao protocolo de cooperação com a Segurança Social.
- Procedemos ao encerramento do CATL, com efeitos a 15 de setembro de 2024, bem como, ao abrigo do previsto no Compromisso de Cooperação para o setor, solicitamos a transferência de verba afeta ao acordo de cooperação detido para o CATL, para a resposta social de Centro de Dia.
 - Aguarda-se ainda despacho de transferência à presente data.
- Decorrente dos fogos florestais registados no concelho, procedemos a doação de águas e material de enfermagem (soro fisiológico, compressas e ligaduras), às duas corporações dos bombeiros de S. Pedro do Sul.

4.º Trimestre

- Em outubro, em articulação com a UCC de São Pedro do Sul, procedemos à programação da campanha de administração alargada da vacina da Gripe a utentes das ERPI e colaboradores da MSPS e iniciamos, de igual modo, a campanha de administração da dose de reforço da vacina contra a Covid-19 junto dos utentes e colaboradores das ERPI.
- A 29 de outubro foi estabelecido novo acordo de cooperação para a creche, considerando o relatório de vistoria técnica realizado em 02 de outubro e decorrente do processo de obras, considerando o aumento da capacidade desta resposta social para 134 crianças, com efeitos a partir de 01 de novembro.
- A 08 de novembro foi submetido o registo de execução física final para posterior pedido de pagamento final (saldo), junto do PRR / ISS, referente ao projeto de Remodelação e ampliação da Creche Girassol.
 - O registo em apreço encontra-se ainda em análise à presente data e a condicionar a apresentação do pedido de saldo respetivo.
- A 29 de novembro foi submetido o pedido de pagamento final (saldo), junto do Fundo Ambiental, referente ao projeto de Eficiência Energética do Edifício do Jardim.
 - O pedido em apreço encontra-se em análise à presente data.
- Decorrente da gestão de contratos em *outsourcing*, procedeu-se a renegociação/consulta dos seguintes contratos:
 - Em outubro, à revisão e atualização do contrato de fornecimento de energia elétrica em MT – Média Tensão detido com a EDP, tendo-se optado por solução fixa a 6 meses.
 - Em dezembro, à atualização dos contratos de manutenção dos ascensores, alargando o mesmo para contrato de manutenção completa.
 - Em dezembro, à consulta e renegociação da carteira de seguros, tendo-se alargado coberturas e reduzido o custo de novo contrato junto de nova companhia seguradora.
- Na Assembleia Geral de 29 de novembro, foi deliberado aprovar, conforme previsto na alínea g. do n.º 1 do artigo 21.º dos Estatutos, a alienação das seguintes propriedades, pelo que se prevê a organização do expediente administrativo para o efeito no decorrer do ano de 2025:
 - Ratificação, considerando CPCV anterior, do artigo R 199 em Valadares – concluído no ano.
 - Da Ameixiosa (UF de São Martinho das Moitas e Covas do Rio), nomeadamente os artigos U851 e R 743 e 479.
 - De Figueirosa (Bordonhos), nomeadamente o artigo U 217.
- Em novembro, âmbito da campanha “Energia Solidária – 2024” promovida pela Entrajuda e Galp, foi reforçado o apoio em 2024, possibilitando a atribuição de



- uma garrafa de gás Galp (13Kg), sem custos, a 63 famílias mais carenciadas do concelho de S. Pedro do Sul (153 beneficiários).
- No quarto trimestre do ano, ao abrigo do CCP – Código dos Contratos Públicos, procedemos ao lançamento dos seguintes concursos:
 - Em outubro, por ajuste direto simplificado, a empreitada de substituição das janelas do AP do 2.º Fte do Bloco da R. de Anciães.
 - Em novembro, por ajuste direto simplificado, a empreitada de substituição das janelas do R/c da Casa das Termas.
 - Em outubro/novembro, o referente à empreitada, por ajuste direto, para a renovação da cobertura do bloco habitacional da R. de Anciães.
 - Em dezembro, por ajuste direto simplificado, a empreitada de remodelação do AP do R/c do Bloco da Bela Vista.
 - Em dezembro, por consulta prévia, o referente à aquisição de serviços de “Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho e de Higiene Alimentar” da instituição.
 - A 19 de dezembro realizou-se a reunião de constituição de parceria para a candidatura ao Programa Privação Material – Cartões Sociais, no seguimento do convite endereçado pela Segurança Social, para a transição da modalidade de apoio alimentar na região de Lafões.
 - A MSPS será a entidade coordenadora para o território (e mediadora em São Pedro do Sul), fazendo parte da parceria como mediadoras também a Câmara Municipal de Vouzela; e a Câmara Municipal de Oliveira de Frades.
 - Atualização do RCBE a 20/12/2024 (Registo de Beneficiário Efetivo).
 - Em dezembro foi elaborado o Programa de Cumprimento Normativo da MSPS, previsto no RGPC – Regime Geral da Prevenção da Corrupção, bem como revisto o Código de Ética e Conduta (3.ª revisão).

Balanço Objetivos Plano Atividades de Gestão

Conjugando os factos relevantes mencionados anteriormente com os objetivos traçados para o ano em questão, no respetivo Plano de Atividades de Gestão e Orçamento 2024, fazemos o seguinte balanço.

No sector patrimonial, em termos de desinvestimento

- Procedeu-se a alienação em hasta pública da loja detida no designado prédio do shopping (matriz U2447).
- Procedeu-se ao encerramento do CATL a 15 de setembro de 2024.

No sector patrimonial, em termos de investimento

- Procedeu-se a remodelações de património imobiliário (arranque da remodelação da loja da casa das Termas) - conclusão prevista para fevereiro de 2025.
- Procedeu-se ao desenvolvimento e conclusão da empreitada de remodelação e ampliação da Creche.
- Procedeu-se à conclusão do projeto de eficiência energética do edifício do jardim, com a substituição de portadas, telhado e sistema de AQS.
- Conclusão do reforço e aumento da capacidade da central fotovoltaica (UPAC), com a implementação nova central no edifício do jardim.
- Não se procedeu a melhoria da climatização na ERPI – Lar de Grandes Dependentes e setor administrativo.
- Procedeu-se a adjudicação de serviço de elaboração de projeto para clínica de fisioterapia.

Em termos de ações de natureza estratégica

- Iniciativas de diversificação do financiamento, promovendo o nosso projeto de mecenato e patrocínios, dentro do qual temos tido o respetivo reconhecimento e apoio de pessoas individuais e coletivas. Acresce, a este, a possibilidade de consignação fiscal por todos os contribuintes na altura da entrega da declaração de IRS.
- A qualificação e formação contínua do nosso capital humano, essencialmente através de ações de formação interna e/ou outras, na sua grande generalidade com o apoio de fornecedores e entidades parceiras, tendo resultado, no ano, num volume de 4.165 horas de formação.
- Não foi apresentada candidatura ao PROCOOP para a valência de Centro de Dia (não houve abertura de candidaturas, mas solicitou-se transferência do acordo de CATL para esta resposta social).
- Foi apresentada candidatura ao PRR para a aquisição de viatura elétrica 9 lugares para ERPI e não foi apresentada para a remodelação da ERPI - Lar de Grandes Dependentes (por não se ter verificado a abertura de candidaturas).
- A esquematização e definição clara de processos de gestão, no âmbito de uma estruturação de sistema de gestão de qualidade interno, associando-se etapas de desmaterialização e plataforma informática de gestão.

Balanço da Organização Administrativa

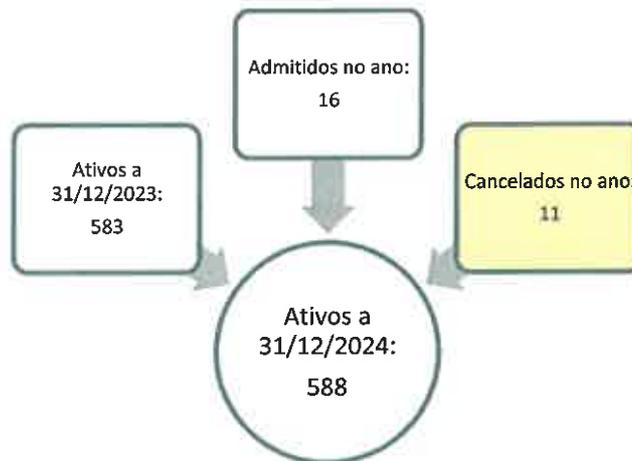
Em termos de organização administrativa e financeira, apontamos ainda as seguintes notas:

- Manutenção de um quadro estável de recursos humanos (com ligeira subida por via do alargamento da creche), tendo-se procedido ao recrutamento de acordo com as necessidades de reforço e/ou substituição de colaboradores, integrando no mesmo as direções técnicas, técnicos especializados, pessoal administrativo e pessoal auxiliar. Ponto a desenvolver mais à frente.
- Manutenção, em regime de prestação de serviços, do contrato estabelecido com as médicas, capelão e canalizador.
- Manutenção, em regime de prestação de serviços, do contrato estabelecido com o Contabilista Certificado (CC) e com o Revisor Oficial de Contas (ROC).
- Patrocínio jurídico (processos em curso) com:
 - Miranda, Barreto & Associados, SP, RL – reclamação de juros IVA AT;
 - Luís Loureiro, João Gomes e Associados – Advogados, SP RL – acessória jurídica geral;
 - João Martins – processo de Divisão de Coisa Comum referente ao imóvel da R. dos Condes em Lisboa e José Almeida.
 - LR Advogados (Lopes Ribeiro/Mélanie Grilo) – processo do Brasil (herança de Valentim Ribeiro de Almeida).
- Em termos de instituições bancárias de referência, sem prejuízo de levantamento de condições comerciais junto de outras entidades, mantemos a relação comercial com:
 - CA – Crédito Agrícola;
 - CGD – Caixa Geral de Depósitos;
 - NB – Novo Banco;
 - Banco Montepio;
 - BPI – Banco Português de Investimento.
- Mantemos representação em Comissões e Grupos de Trabalho junto de entidades públicas e privadas, nomeadamente:
 - Assembleia Geral do Corpo Voluntário de Salvação Pública;
 - Comissão Municipal de Proteção Civil;
 - Conselho Municipal para a Educação;
 - Rede Social de São Pedro do Sul (CLAS e Núcleo Executivo);
 - Secretariado Regional do Distrito de Viseu da UMP – União das Misericórdias Portuguesas
- Reforço das iniciativas no âmbito da responsabilidade social, consignação fiscal, do mecenato e do patrocínio, para assegurar o apoio financeiro e/ou em espécie (bens/serviços) de modo a viabilizar a sustentabilidade da Instituição, enquadrando-se, por exemplo, iniciativas de angariação de fundos.

- Promoção de canais de informação e divulgação das atividades institucionais: página de internet, página de Facebook, placards informativos internos, revista “Caminho no Tempo”, newsletters, notas de imprensa.

Quadro Associativo

Quadro associativo estável, contudo com ligeiro acréscimo no ano, atendendo o seguinte registo de evolução de irmãos no ano de 2024:



Obs.: Irmãos cancelados inclui por falecimento, a pedido do próprio ou exclusão nos termos dos Estatutos.

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right side of the page.

SÍNTESE DE INDICADORES

Congreguemos uma análise geral dos indicadores globais e a respetiva evolução nos últimos 5 anos.

1. Evolução do total de gastos

O volume de gastos correntes foi em 2024 de 4,77 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 11,79% face ao ano anterior.



Destacamos, sem prejuízo de uma análise mais cuidada, e devido ao seu forte impacto contabilístico, os seguintes indicadores gerais: redução do custo com as mercadorias vendidas e das matérias consumidas (-5,33%); agravamento dos encargos com FSE – Fornecimento de Serviços Externos (2,64%); agravamento (já esperado no orçamento) dos gastos com o pessoal (16,62%), motivado pela atualização progressiva da RMMG – Retribuição Mínima Mensal Garantida e respetivos Encargos Sociais e atualizações salariais verificadas; agravamento das depreciações e amortizações (7,29%), por via da conclusão de investimentos em curso; aumento das perdas por imparidade (606,00%); e redução de outros gastos e perdas (-24,05%).

Reforce-se que, de forma geral, a estrutura de gastos está estável (e gerível/controlável), apesar do agravamento de gastos registado de uma forma geral. De facto, o impacto central no agravamento da estrutura de gastos decorre, essencialmente, dos encargos com pessoal, que considerando o seu peso na estrutura global de gastos, fica muito acima da evolução média dos proveitos, com o conseqüente impacto negativo nas contas.

De facto, neste período de 2020 a 2024, a RMMG passou de 635,00€ para 820,00€. Esta progressão da RMMG representa uma subida de 29,13%, cujo impacto neste último ano (7,89% – superior à registada em anos anteriores), apesar do equilíbrio com a redução de outros gastos por via da estabilização da inflação e negociações contratuais, não se

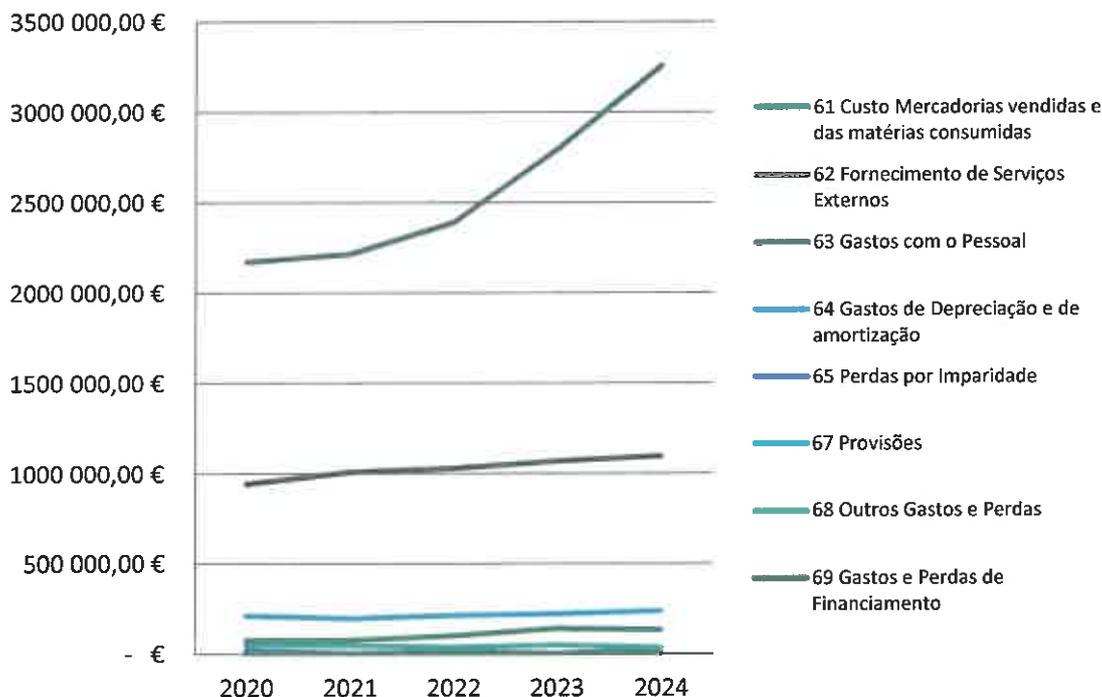
conseguiu equilibrar pelo acréscimo de rendimentos, pois também teve associada atualizações extraordinárias à tabela remuneratória via CCT – Convenção Coletiva do Trabalho.

Dentro da estrutura de gastos, concentrando a análise nas rubricas materialmente relevantes, destaca-se, nos FSE, o agravamento dos encargos com eletricidade, com um acréscimo de 91,10% (montante de 31.769,96€), decorrente do fim do contrato antigo e consequente aplicação da subida das tarifas energéticas verificadas nos últimos anos, a par do fim das medidas nacionais de apoio (isenção do custo de acesso às redes) e um agravamento de 5,78% nos combustíveis (montante de 9.713,17€), o que releva para a preocupação institucional de aceleração na transição energética; agravamento do fornecimento de água em 214,93% (montante de 24.083,96€), por acréscimo de consumo e atualizações de tarifas camarárias; e o agravamento dos subcontratos, nomeadamente de alimentação, com uma subida de 11,33% (39.396,92€, onde se inclui as refeições dos colaboradores), decorrente da atualização de preços via novo contrato e do acréscimo de refeições confeccionadas por via do apoio alimentar extraordinário facultado a refugiados.

A atenuar o agravamento dos FSE, registamos uma redução das despesas de limpeza e higiene em 16,28% (montante de 26.080,85€) e das despesas de conservação e reparação em 28,66% (montante de 22.147,88€), por via da estabilização dos preços (inflação) e melhores condições contratuais.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below.]

Evolução dos totais de Gastos por tipo

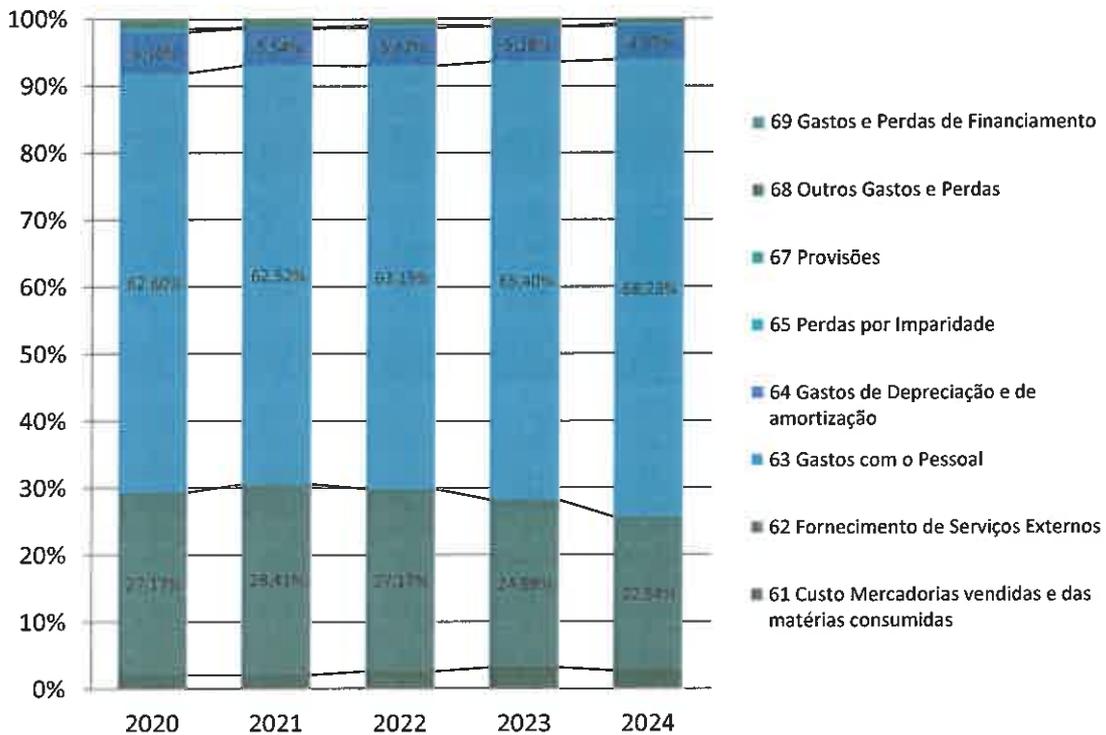


Da totalidade dos gastos, os encargos com pessoal, continuam, em linha com os anos anteriores, a representar a fatia com maior peso percentual na estrutura de gastos e perdas. De facto, numa curva sempre crescente, representam, em 2024, 68,23% do total de gastos, o que reflete um aumento de 2,83pp – pontos percentuais face a 2023 e de 5,63pp face a 2020.

Destaca-se, ainda e como grande rúbrica de gastos, o FSE – Fornecimento de Serviços Externos, cujo peso percentual continua em curva descendente, cifrando-se em 22,94% no ano de 2024 (-2,04pp face a 2023), o menor valor registado neste período de cinco anos.

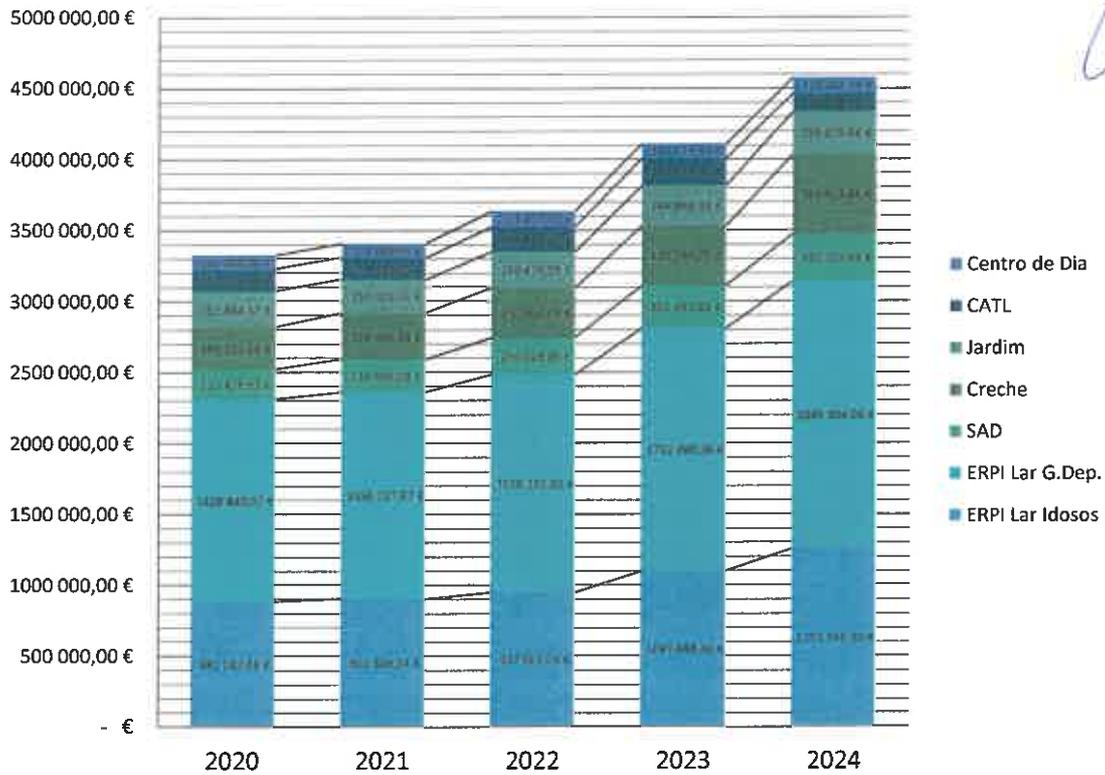
As restantes rúbricas de gastos têm, por seu lado, um peso residual (ao todo 8,83%), sendo que destas, a que tem maior representatividade é a de gastos com depreciações e de amortização, com um peso de 4,97% neste último ano.

Evolução do Peso Percentual de Gastos e Perdas

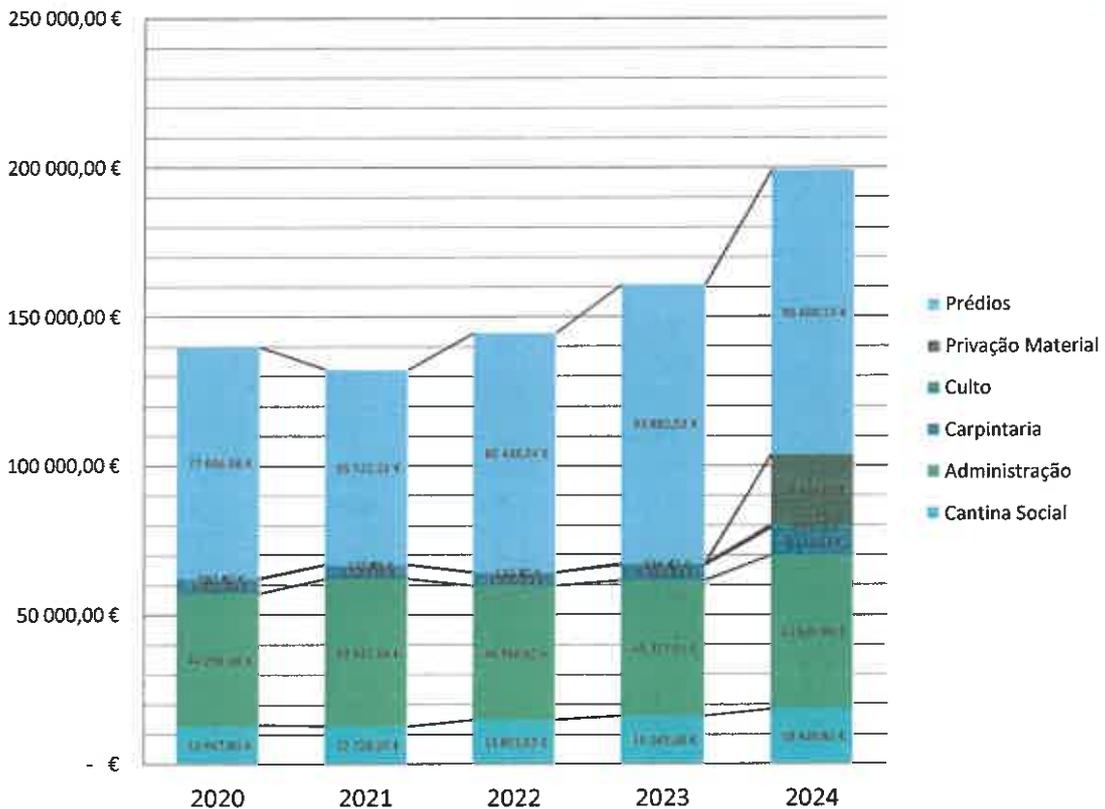


A distribuição dos gastos por resposta social mantém um perfil semelhante aos anos anteriores, com a área sénior a representar 75,05% dos gastos (reduz 0,17pp no peso dos gastos face a 2023, para um montante de 3.583.810,18€) e cuja fatia maior corresponde à ERPI – Lar de Grandes Dependentes com 39,48% do total. Por seu lado, as respostas sociais da área de infância representam 20,77% (menos 0,24 pp, para um valor final de 992.000,30€). As outras áreas de atuação representam, deste modo, um peso residual de 4,18%, com especial destaque para os prédios (2,00%).

Evolução do Total de Gastos por Valência - Respostas Sociais Tipificadas

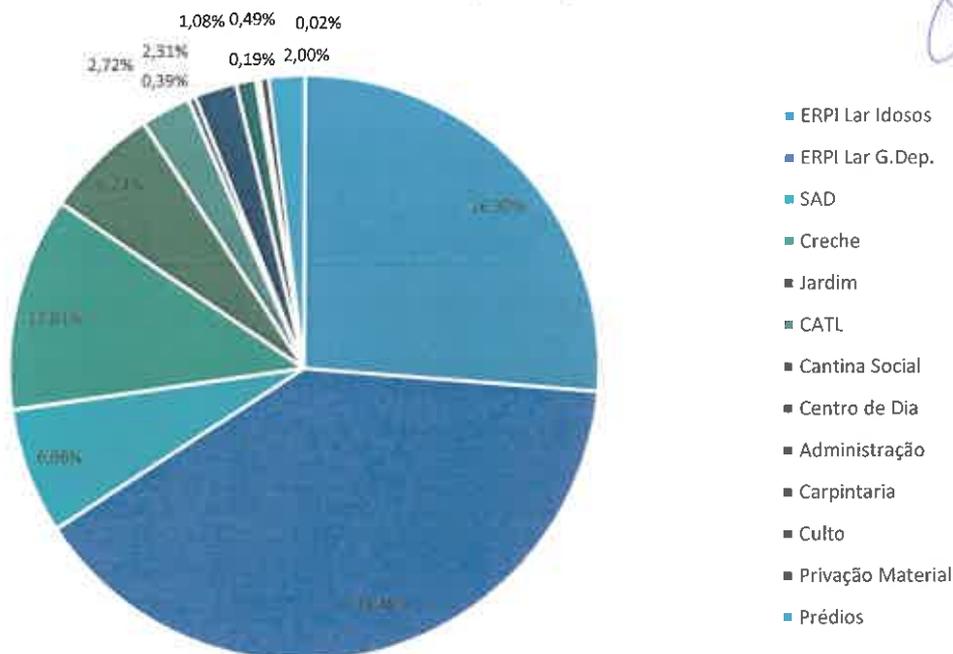


Evolução do Total de Gastos por Valência - outras áreas



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the bottom and several initials above it.]

Distribuição percentual dos Gastos por Resposta Social - 2024

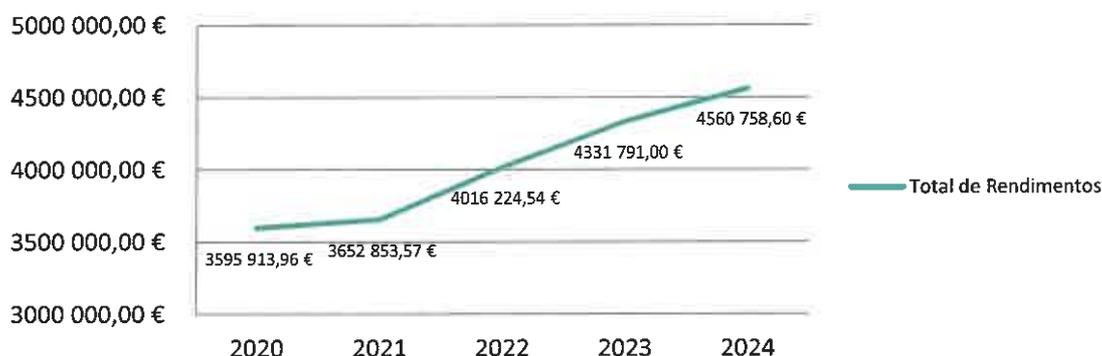


(Handwritten signatures and initials in blue ink)

2. Evolução do total de rendimentos

Considerando, por seu lado, o outro prato da balança, os rendimentos, registamos um volume de receitas correntes de cerca de 4,56 milhões de euros em 2024, o que representa um acréscimo de 5,29% face ao ano anterior.

Evolução do Total Geral de Rendimentos



Em termos globais da estrutura de rendimentos, deixamos nota inicial para a alteração de política contabilística na “Contabilização de Rédito”, preconizada pelo parecer da CNC – Comissão de Normalização Contabilística (remetido a 31 de outubro de 2023 para a UMP, conforme circular 93/2023, de 10/11/2023 da UMP), na qual as comparticipações mensais do Estado (Segurança Social) passam a ter contabilização distinta, conforme a sua dependência da variação de frequências.

As verbas transferidas, conforme o critério, passaram a ter a seguinte contabilização a partir do exercício de 2024 (e com impacto/alteração também ao ano de 2023):

- “Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do estado para determinada resposta social estiver dependente da variação de frequências dos utentes, estamos perante uma prestação de serviços (Conta 72);
- Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do estado para determinada resposta social ocorrer independentemente da variação de frequências dos utentes, estamos perante um subsídio à exploração (Conta 75)”

Do anterior, resulta que a contabilização das verbas recebidas pela Segurança Social passa a efetuar-se na conta 72 – Prestação de Serviços, incluindo as verbas associadas aos acordos de cooperação, vagas reservadas e gratuidade da creche, em vez de na conta 75 – Subsídios, doações e legados à exploração.

Por seu lado, o complemento por funcionamento da creche em horário alargado continua a ser contabilizado na conta 75, dado que este é independente da variação de frequências de utentes e destina-se a suportar os custos de funcionamento.

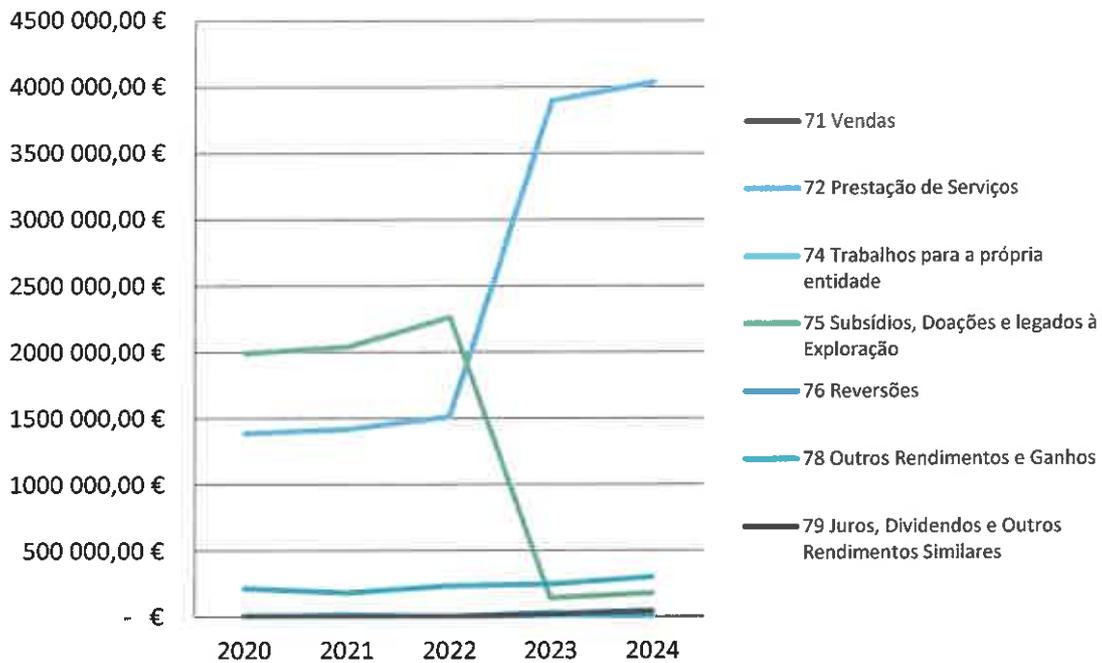
Desta alteração da política de rédito, refira-se, também, a atualização da Faq 39 da CNC a 06/09/2024, clarificando que, apesar deste novo enquadramento, os acordos de cooperação deverão ser tidos em conta na mesma para efeitos do previsto no n.º2 do artigo 2.º do CCP – Código dos Contratos Públicos. Esta atualização teve o seguinte impacto:

- O montante dos acordos de cooperação volta a constituir uma variável para efeito de avaliação desta Misericórdia enquanto entidade adjudicante, de acordo com o ponto ii da alínea a) do n.º2 do artigo 2.º do CCP – Código dos Contratos Públicos.
- A MSPS volta a ser financiada maioritariamente pelo Estado ou entidades adjudicantes referidas no n.º 1 do artigo 2.º do CCP, dado que o total da rubrica 75 (com a exclusão das doações e heranças), acrescido do valor dos acordos de cooperação passa a representar 55,95%.

Discriminando a estrutura dos rendimentos, verificamos uma preponderância da prestação de serviços (comparticipações diretas dos utentes/familiares e acordos de cooperação com o ISS), com uma quota de 88,49% do total de rendimentos no ano, o que representa um decréscimo de 1,42pp face a 2023. Não obstante, estes rendimentos registam um crescimento de 3,62% face ao ano anterior, essencialmente via atualização das comparticipações.

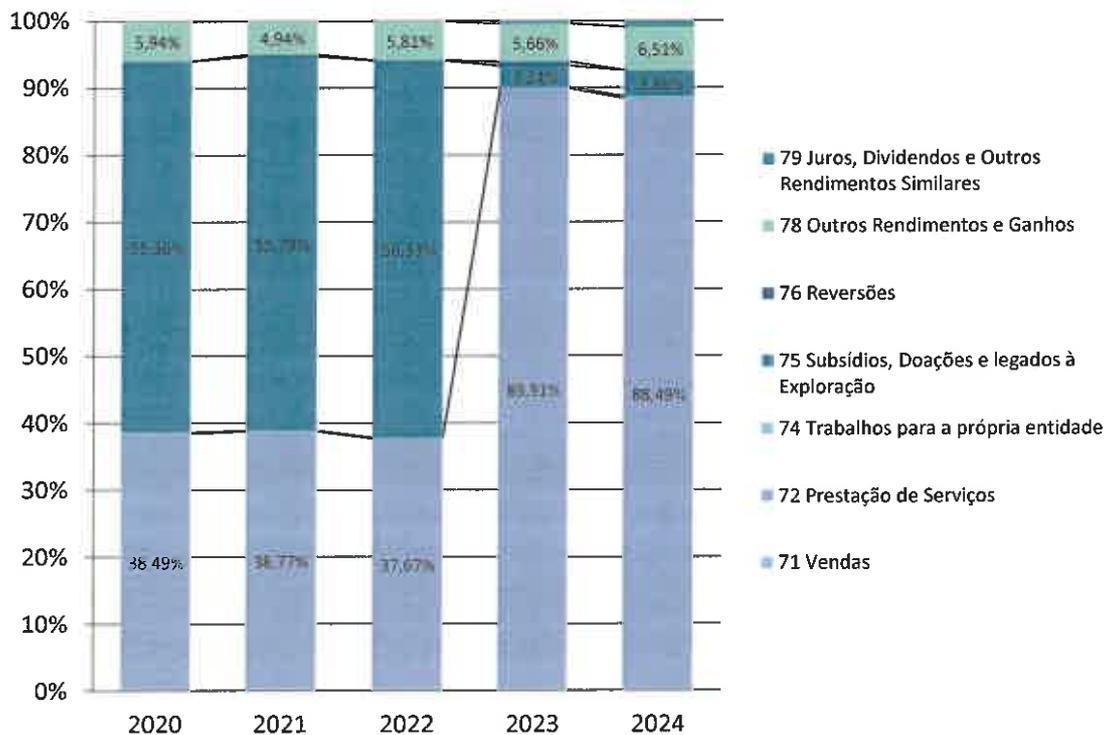
Segue-se a rubrica de “Outros rendimentos e ganhos”, com um acréscimo de 21,05%, impulsionado pelos novos arrendamentos, garantindo-lhe um peso de 6,51% do total de rendimentos.

Evolução dos totais de Rendimentos por tipo



Obs.: 2023 – alteração de política contabilística na “Contabilização de Rêdito”.

Evolução do Peso Percentual de Rendimentos



Obs.: 2023 – alteração de política contabilística na “Contabilização de Rêdito”.

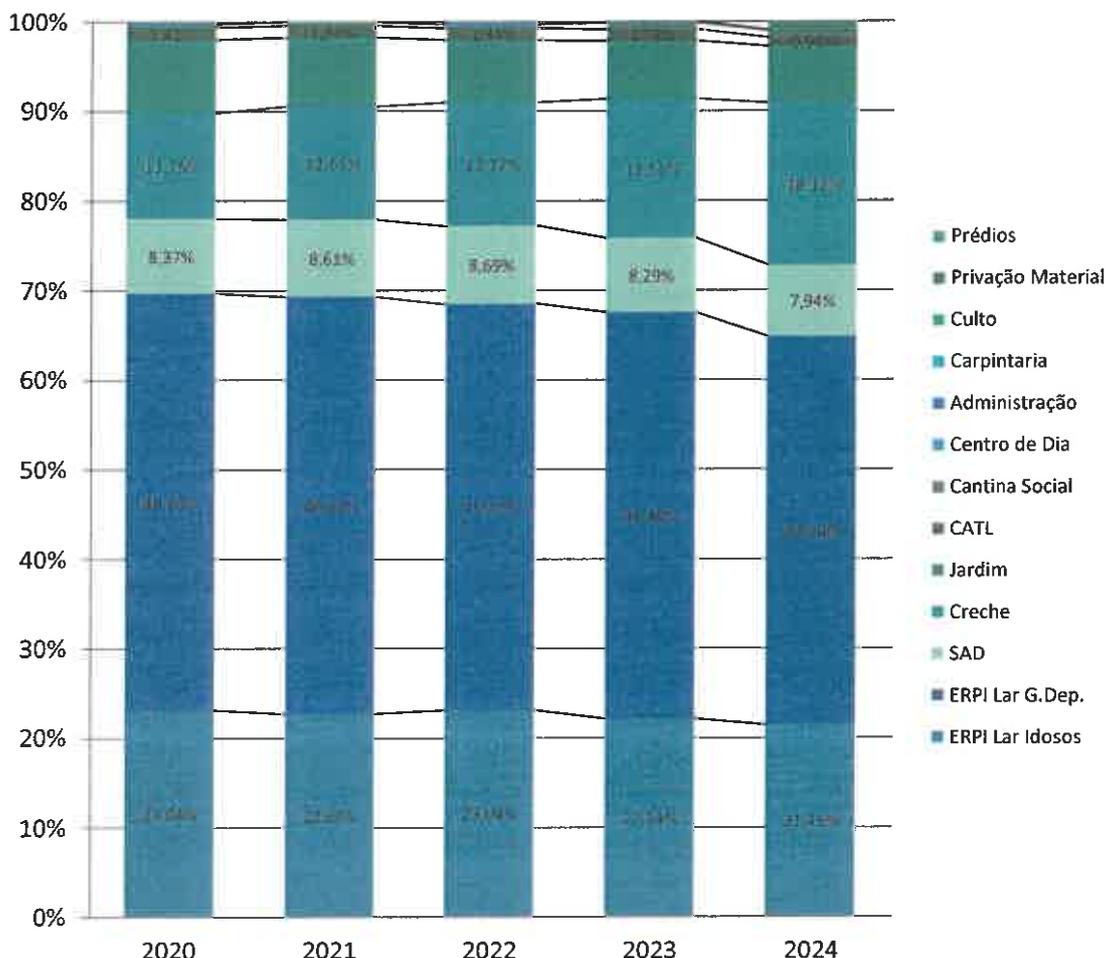
[Handwritten signatures and notes in blue ink, including a circled '72' and various illegible signatures.]

Por seu lado, a rubrica de “subsídios, doações e legados à exploração”, regista um acréscimo de 25,52% face a 2023, pelo que passa a representar 3,86% do total de rendimentos.

Em termos da rubrica de “juros, dividendos e outros rendimentos similares”, registamos o acréscimo de 118,54% do rendimento, impulsionado pela subida abrupta das taxas de juro, as quais, em termos absolutos, representam mais 23.125,91€ por comparação a 2023 (valor atual cifra-se em 42.635,36€, o mais alto deste período de 5 anos, mantendo-se o nível de investimento com ligeira redução).

Nota genérica, ainda, para a evolução, da componente exclusiva aos subsídios do ISS e participações ao abrigo dos acordos de cooperação (tratados, consoante o caso, na rubrica 75 ou 72). Evolução na qual se vai mantendo o peso percentual das várias valências, com exceção da creche que tem subido ligeiramente face a medida de gratuidade implementada pelo Governo.

Evolução do Peso Percentual das Comparticipações do ISS (acordos e subsídios)



Tem-se registado um crescimento contínuo no período 2020-2024, proveniente da revisão do acordo de cooperação de SAD (reestruturação das percentagens e inclusão de mais 10 utentes - 2021); a que se juntou a implementação da medida de gratuidade de forma alargada na creche em 2022 e o alargamento da capacidade/acordo em 2024; e, com a atualização anual dos acordos de cooperação.

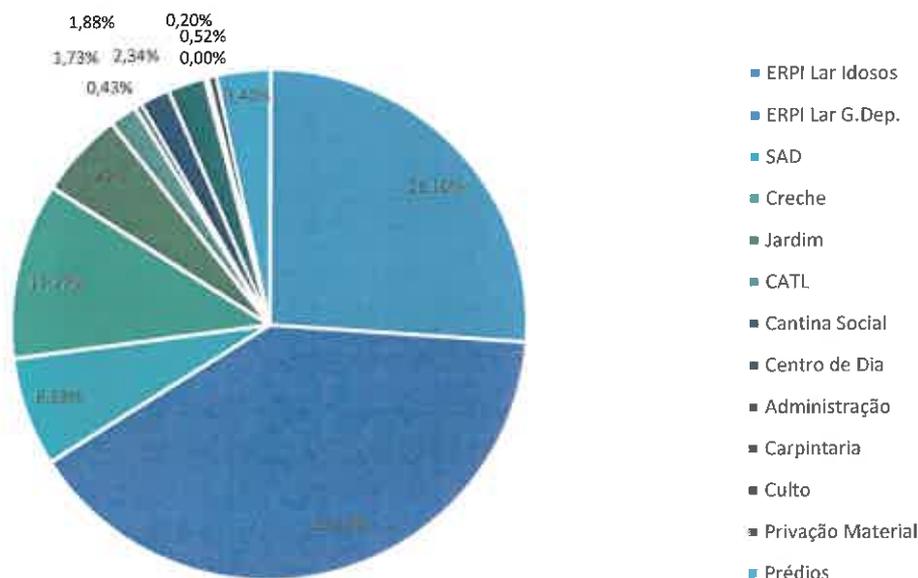
Os fatores anteriores, conjugados, representam um acréscimo de 5,21% destes proveitos de 2023 para 2024.

Em termos de peso destas componentes específicas (reforça-se, conjugadas entre o registo nas rubricas 72 – Prestação de serviços e 75 - Subsídios), por relação ao total de rendimentos, registamos uma ligeira descida para os 54,96% (-0,04pp que em 2023).

A distribuição dos rendimentos por resposta social mantém um perfil semelhante aos anos anteriores, com a área sénior a representar 74,79% dos rendimentos (-1,21pp) e cuja fatia maior, à semelhança da distribuição dos gastos, corresponde à ERPI – Lar de Grandes Dependentes com 39,88% do total.

Na área de infância, registamos, por via da medida de gratuidade e alargamento da capacidade e frequência, uma tendência de crescimento do peso percentual dos rendimentos da resposta social de creche.

Distribuição percentual dos Rendimentos por Resposta Social - 2024



Pela positiva, e face ao descrito já anteriormente, destaca-se um crescimento generalizado dos rendimentos nas respostas sociais tipificadas, destacando-se: o crescimento de 20,07% dos rendimentos na Casa das Amoreiras – Centro de Dia e 5,35%

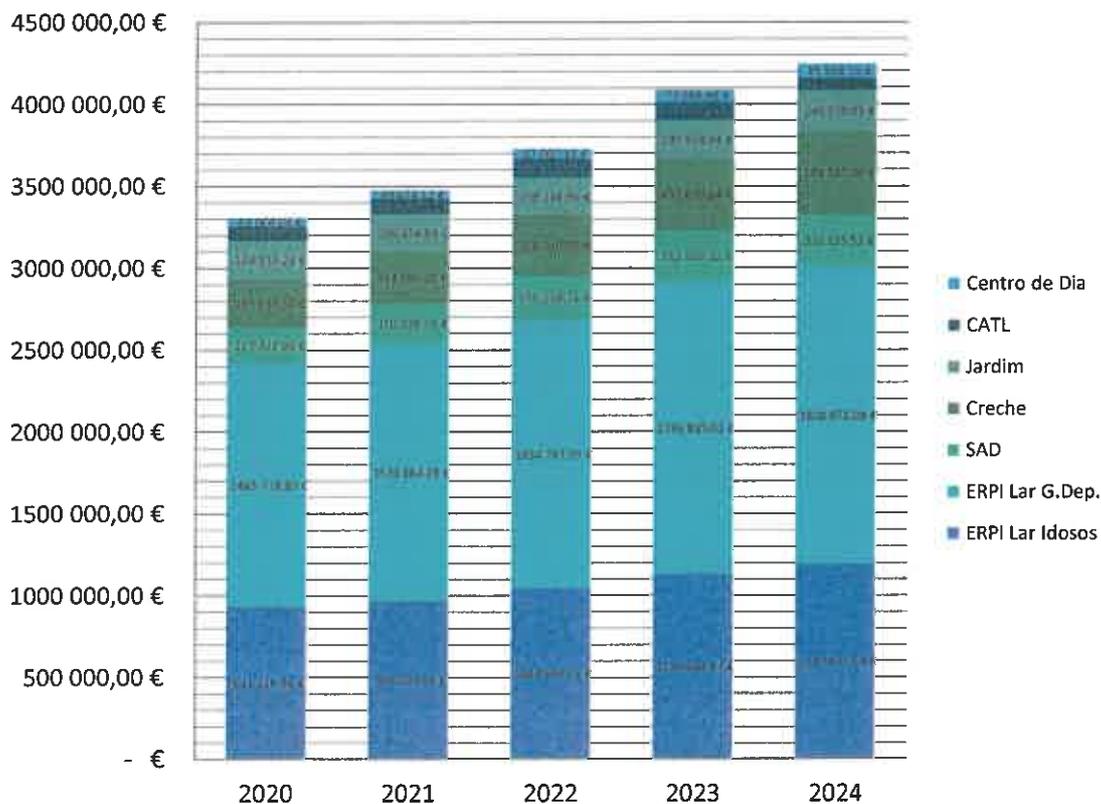
na ERPI Casa da Quinta (Lar de Idosos), dentro da área sénior; e o crescimento de 15,89% dos rendimentos na creche e 5,73% no Pré-escolar, dentro da área de infância; e, na comunidade, o crescimento de 6,43% dos rendimentos da Cantina Social, pela regularização dos restantes pagamentos associados ao POAPMC (programa de apoio alimentar) e o registo de nova resposta em 2024 (Privação Material), para a qual ainda não existem dados comparativos.

Ressalva-se, no tocante ao Centro de Dia “Casa das Amoreiras”, que esta resposta social ainda se encontra em recuperação de utentes face ao período de encerramento a que se viu obrigado durante a fase pandêmica da Covid-19, estando, contudo, já perto da sua capacidade máxima.

Pela negativa, registamos uma redução de 30,53% dos rendimentos do CATL, contribuindo para tal uma redução do valor das participações familiares e o encerramento programado desta resposta e registado no mês de setembro.

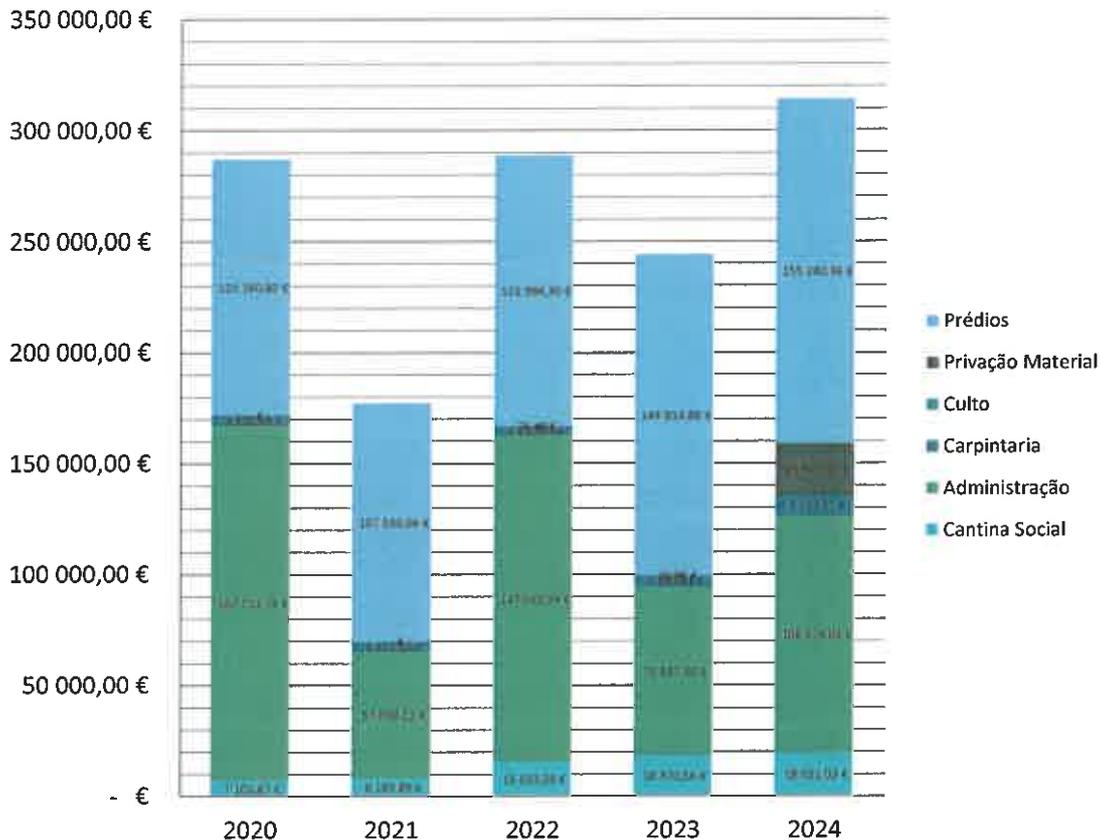
Refira-se, ainda, o acréscimo de 40,67% de rendimentos na Administração, essencialmente influenciado pelo acréscimo dos juros e pela prestação de serviços secundários à UMP e Segurança Social; e o acréscimo de 7,20% nos Prédios, decorrente quer da atualização, quer de novos contratos de arrendamento estabelecidos.

Evolução do Total de Rendimentos por Valência - Respostas Sociais Tipificadas



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'AB.', 'P.M.', and a large signature at the bottom.]

Evolução do Total de Rendimentos por Valência - Outras áreas



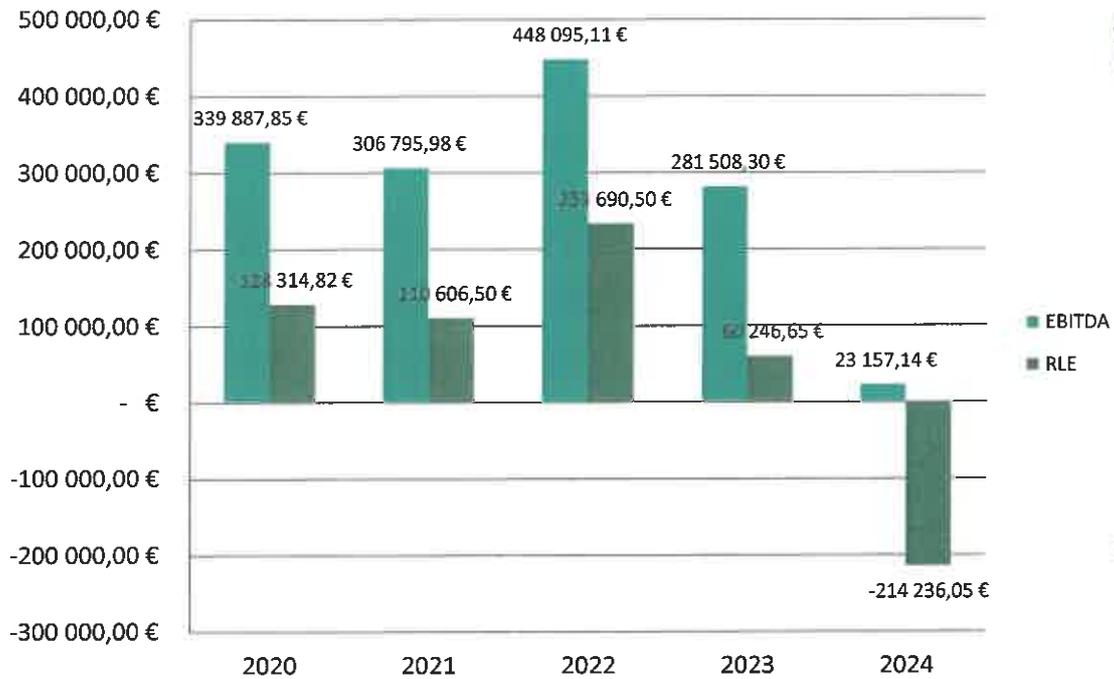
3. Evolução dos resultados (operacional e financeiro)

Ponderando a evolução global dos gastos e rendimentos, registamos uma base histórica no período 2020-2023 com resultados líquidos do exercício positivos, contrariados em 2024, com um resultado deficitário de 214.236,05€. Resultado contrário ao estimado no orçamento, o qual, apesar de cauteloso, era ligeiramente positivo (4.600,00€). Para esta deterioração do resultado (só comparável a 2019 com um resultado de -116.958,16€) contribuiu, essencialmente, os encargos adicionais com recursos humanos, via as atualizações extraordinárias verificadas em dezembro (com retroativos a janeiro) e o acréscimo de depreciações, conforme já referido, dado que a execução dos rendimentos foi em linha com o orçamentado.

Por seu lado, na sua base histórica para o período 2020-2024, o resultado operacional (EBITDA - Resultado antes de juros, impostos, depreciações e amortizações), tem mantido valores sempre positivos.

Anulando-se, assim neste último ano, o efeito das depreciações e amortizações, que subiram 7,29% em 2024 (face a conclusão de investimentos), o resultado operacional passa para valores na ordem dos 23 mil euros, o que reflete também o seu peso, atualmente de 4,97%, no total de gastos e, consequentemente, o seu contributo para o resultado líquido anual.

Evolução dos Resultados Operacional e Financeiro



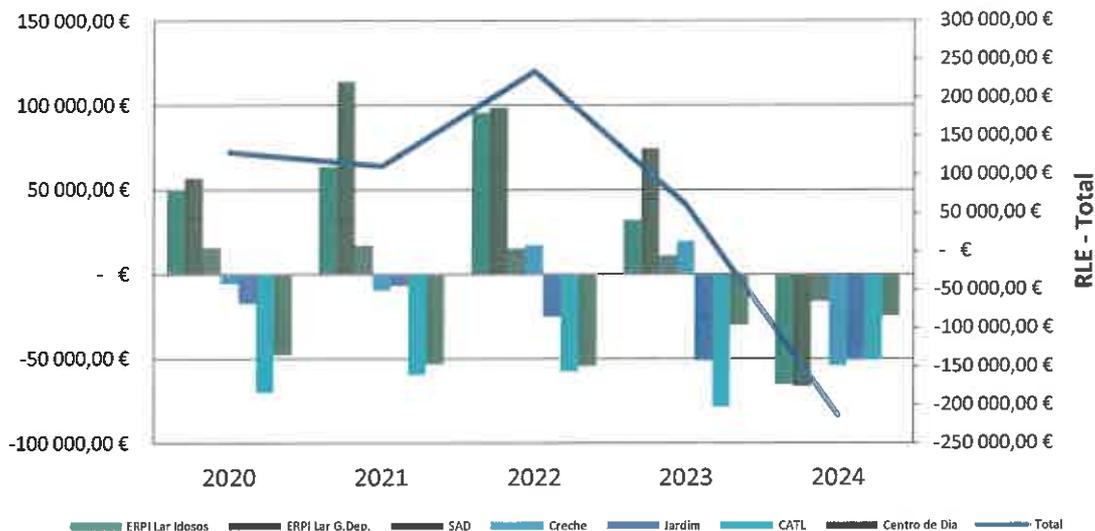
Neste período de 5 anos temos procedido a redução sustentada das alienações e recuperação de imóveis para colocação no mercado de arrendamento, com rendas atualizadas mas acessíveis face às praticadas no mercado local, pelo que estamos com um resultado líquido dos prédios em crescimento (subida de 17,10% face a 2023 e de 58,98% face a 2020).

A referir, também, o acréscimo de gastos com recursos humanos (que subiram 16,62% e 50,08% nos mesmos períodos), detendo os mesmos, em 2024, um peso de 68,23% no total dos rendimentos (mais 2,83pp que em 2023 e mais 5,63pp quando comparado com o ano de 2023).

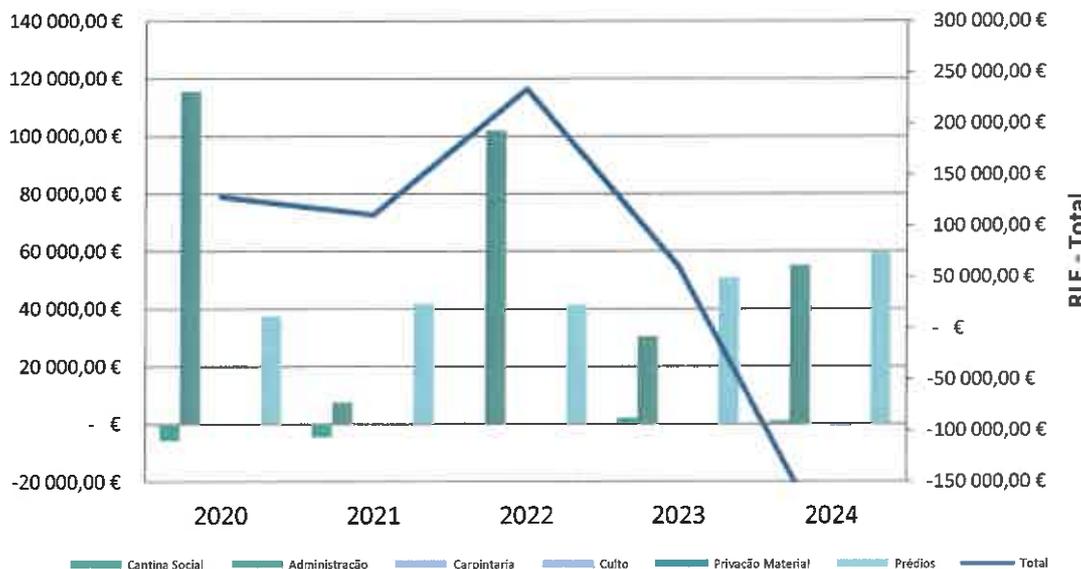
Destacamos, ainda, outros condicionalismos que vão contrariando o desempenho de recuperação que estava em curso nas várias valências até 2022: inexistência de acordo de cooperação para o Centro de Dia, o impacto direto e diferido no tempo da inflação galopante registada de 2022 para 2023 e o diferimento e não acompanhamento das atualizações dos acordos de cooperação, face às progressões de carreira necessárias na CCT decorrentes da atualização da RMMG e consequente necessária diferenciação salarial, para que não se verifique um nivelamento pelo salário mínimo.

A destacar, apesar destas contrariedades, que o Centro de Dia e o Pré-escolar, não obstante terem apresentado resultados negativos, estes melhoraram quando comparados a 2023 (Centro de dia recuperou 18,52% e o Pré-escolar 0,36%, ainda sem a perspetiva do alargamento da medida de gratuidade prevista).

Evolução do Resultado Líquido do Exercício - Respostas Sociais Tipificadas



Evolução do Resultado Líquido do Exercício - Outras áreas



De forma global, e considerando a diminuição acentuada face a 2023, pelos factos já expostos, todas as respostas sociais da área sénior e da área de infância apresentam resultados líquidos negativos em 2024.

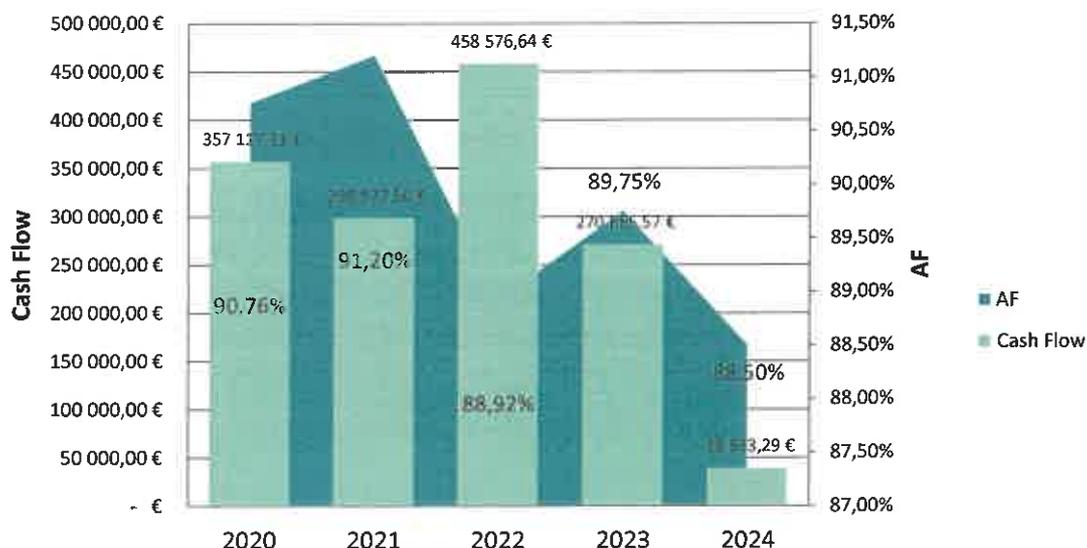
Em 2024 aponta-se, também, o crescimento do resultado dos prédios, pelos factos expostos acima, terminando o ano com um resultado de 59.640,23€ (acréscimo de 17,10% face a 2023); e um acréscimo de 81,03% dos resultados da Administração, impactado pela subida dos juros e prestação de serviços complementares, como referido.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'As.', 'ful', and 'a.47']

Decorrente do anterior e considerando os dados da DMR – Demonstração de Resultados, registamos em 2024 uma descida do excedente financeiro líquido da atividade (*cash flow*) para 38.933,29€ (menos 85,63% que o registado em 2023).

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below.

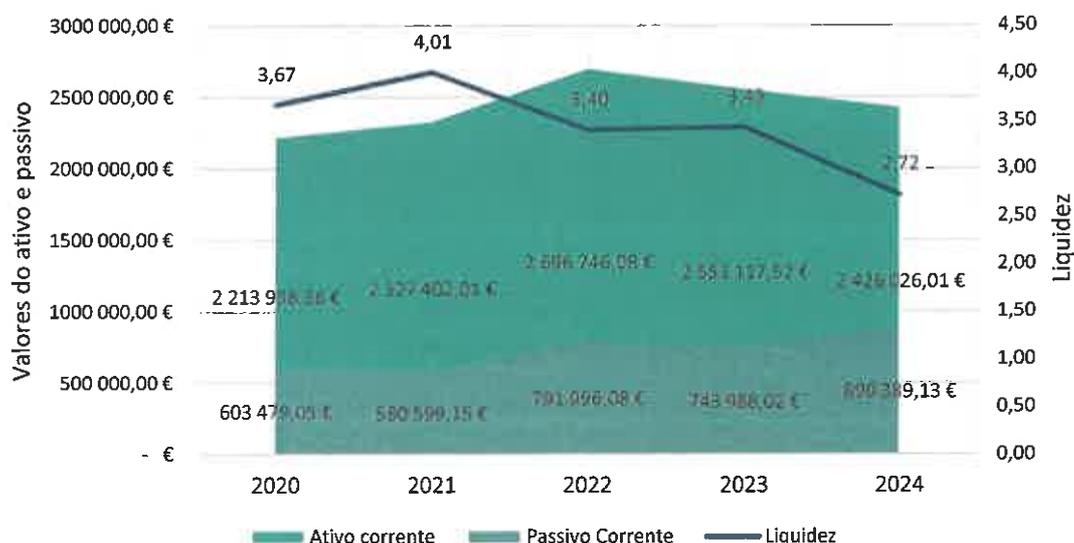
Evolução do Cash Flow e Autonomia Financeira



Obs.: As variações de provisões/imparidades também estão consideradas no cálculo do Cash Flow (CF=Resultados antes de impostos + depreciações + variação provisões + variação imparidades).

Por seu lado, considerando os dados do Balanço, registamos uma autonomia financeira (determinação da proporção dos ativos que são financiados com capital próprio, ie, pelos fundos patrimoniais) com ligeiro decréscimo (-1,25pp), mantendo-se em valores estáveis e favoráveis (88,50%). Refira-se o registo de aumento dos fundos patrimoniais (5,15%), para um montante de 6.849.126,63€ e o acréscimo do total do ativo (6,64%) para 7.739.515,76€.

Evolução do Ativo e Passivo Corrente e Liquidez



Breve indicação, também, para a capacidade da Misericórdia em honrar as obrigações de curto e longo prazo com os recursos disponíveis, traduzida numa liquidez geral de 2,72 em 2024, resultante de um ativo corrente de 2.426.026,01€ (-4,98% face a 2023) e de um passivo corrente de 890.389,13€ (acréscimo de 19,68% face a 2023).

De referir o impacto dos investimentos realizados em 2024, destacando-se, pelo seu peso material, os do edifício da área de infância e os do R/c da Casa das Termas, ainda sem a respetiva contrapartida e que levaram a uma redução das disponibilidades de caixa e depósitos bancários em 31,77% (734.255,95€), com o conseqüente impacto no ativo.

Indicadores que, não obstante a cautela que se deve ter face ao resultado líquido e à necessidade de medidas de recuperação das valências associadas às respostas sociais tipificadas, a par do impacto na economia nacional que as guerras na Ucrânia e Faixa de Gaza e a inflação acumulada que nos últimos dois anos tem vindo a refletir nos preços correntes de bens, matérias-primas e serviços, poderá trazer, por associação, revelam uma boa estabilidade financeira desta Misericórdia.

Reforça-se que, a nível da infância, não obstante o resultado líquido do exercício se cifrar em valores negativos nas várias respostas sociais, não se descurou os investimentos necessários em termos de manutenção do edificado e aquisição de equipamento de suporte a todas as dinâmicas pedagógicas. Apesar da contenção de custos, continuamos a reforçar a nossa posição de prestação de um serviço de qualidade e propiciador de uma socialização e aprendizagem reconhecida pelos pais e encarregados de educação que nos depositam a confiança de cuidar dos seus educandos.

Nesta senda de qualidade e atendendo a aprovação das candidaturas ao PRR e Fundo Ambiental, foi concretizado no ano a empreitada de remodelação/ampliação da Creche e implementação de medidas com vista à melhoria da eficiência energética do edifício afeto à área de infância, com um investimento global de 725.001,69€.

Para o investimento anterior prevê-se um financiamento público de 577.678,32€ (79,68% do investimento realizado), com a seguinte correspondência:

- 139.980,58€ ao Fundo Ambiental – PRR Transição Climática (Componente – C13 Eficiência Energética em Edifícios), do qual falta a mobilização de 97.986,41€ referente ao pagamento final do fundo (condicionado à aprovação do relatório de execução e pedido de saldo apresentado).
- 437.697,74€ ao PRR TO 1.2 Requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais, do qual falta a mobilização de 328.197,74€ referente ao pagamento final do fundo (condicionado à apresentação e aprovação do pedido de saldo, a decorrer apenas após a aprovação do relatório de execução e registo de execução física já apresentado).

Reconhecemos, apesar dos resultados financeiros, que somos uma das poucas respostas na área de infância no concelho/região a nível da Creche e Pré-escolar a funcionar em horário alargado.

Por sua vez, a nível do CATL, já há respostas cabais à necessidade de ocupação dos tempos livres das crianças nos períodos de férias escolares e pós horário letivo durante o período letivo, promovidas pelo Município. Considerando, assim, a garantia do Município de São Pedro do Sul para o acolhimento dos utentes do CATL em caso do seu encerramento e considerando a reunião preparatória tida junto do Centro Distrital da Segurança Social (parecer técnico favorável), a par dos considerandos já refletidos em relatórios de gestão e contas de anos anteriores, procedeu-se ao encerramento desta resposta social, em 15 de setembro de 2024, conforme decisão prevista no plano de atividades e orçamento para o ano em apreço.

Ainda na área de infância, reiteramos a importância de recordar e apontar a estrutura económica da nossa região e, conseqüentemente, dos agregados familiares enquanto detentores de baixo poder económico, o que leva obrigatoriamente, face às regras de cálculo das comparticipações familiares, a comparticipações baixas, atualmente apenas no Pré-escolar. Esta realidade, conjugada com o peso da estrutura de gastos com recursos humanos obrigatório na área e a par do défice de cobertura dos acordos de cooperação neste setor (já diminuído por via da revisão do acordo da creche e da medida de gratuidade mas ainda patente no Pré-escolar e no CATL até ao seu encerramento), são indicador claro de que é uma área de atuação estruturalmente deficitária.

A estes indicadores acrescem os condicionalismos da não verificação, até à data, do alargamento da medida de gratuidade para o Pré-escolar (objetivo estratégico das medidas de concertação do Compromisso de Cooperação) e que esteve previsto para o início do ano letivo 2024/25. Considerando a instabilidade governativa, a informação atual vai no sentido de que, a verificar-se, será apenas no próximo ano letivo, não se sabendo, ainda, em que condições será efetivado.

Estas premissas obrigam-nos, no entanto, a estar atentos ao evoluir dos indicadores concelhios; a continuar a preconizar as medidas de controlo e estabilização dos resultados (como referido, agravados neste último ano); e a tomar decisões ponderadas mas atempadas caso os condicionalismos estruturais se agravem sem termos possibilidade de os compensar devidamente.

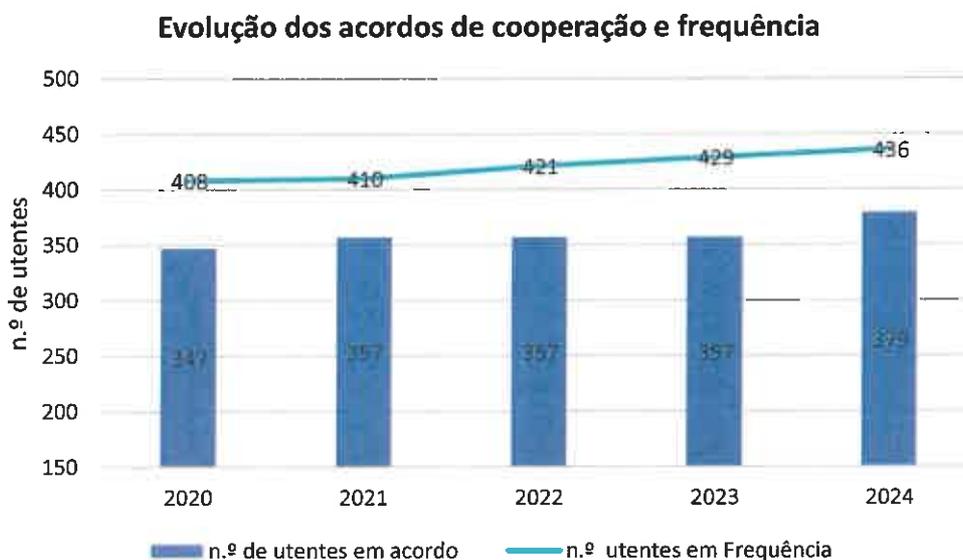
Face ao resultado do exercício global, devemos, de igual forma, continuar a manter as medidas de controlo/redução dos gastos em vigor e a reforçar as medidas de obtenção de rendimentos em novos serviços, tentando mobilizar de forma mais alargada os irmãos da MSPS e a comunidade nas iniciativas de angariação de fundos e campanhas de mecenato.

4. Grandes Números da Atividade da MSPS

Toda a atividade económica está assente nos seus clientes, utentes, beneficiários. Neste sentido, esta Misericórdia tem cobertura regional, apoiando cerca de 700 beneficiários e, desde a sua instituição no ano de 1875 (Primeiros Estatutos), tem alargado a sua atuação e o número de utentes, conferindo-lhe, o seu estatuto, o reconhecimento enquanto entidade da economia social, nos termos da respetiva lei de bases, e natureza de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública.

Utentes e Beneficiários

Numa relação direta com o total de utentes em respostas sociais tipificadas, verificamos uma subida do número de utentes em acordo de cooperação em 2021, com a revisão do acordo de cooperação do SAD em mais 10 utentes, passando estes para 357 nesse ano. Enquadramento que se mantém até ao ano de 2023, a partir do qual sobe para 379 por via da generalidade da medida de gratuidade da creche.



Obs.: Apenas respostas sociais tipificadas (ERPI's, SAD, CD, Creche, Pré-escolar e CATL).

Em termos de frequência, a oscilação tem sido mínima, contudo em crescendo desde 2020 (com ligeira estabilização em 2021 ainda por causa das contingências da pandemia), apresentando-se um valor de 436 utentes em frequência média anual em 2024, valor mais elevado do período em análise (e superior ao valor registado no período pré-pandemia).

Refira-se que os valores de 2024 já refletem parcialmente o impacto do encerramento do CATL e a tendência de subida da frequência da Creche, motivada quer pela medida de gratuidade, quer pelo alargamento da capacidade instalada.

Atendendo à organização por resposta social, temos a seguinte informação média mensal em 2024, na área sénior:

Utentes por resposta social – valores médios da área sénior em 2024				
Indicador	SAD	Centro de Dia	ERPI – Casa da Quinta (Lar de Idosos)	ERPI – Lar de Grandes Dependentes
Capacidade	60	30	75	78
Frequência	59	26	75	78
Utentes em Acordo de Cooperação	40	0	75	78
Utentes fora do acordo de cooperação	19	26	0	0

Anota-se a recuperação gradual do Centro de Dia, com um número médio em frequência que passou de 15 em 2021 para 20 em 2022 e 2023 (acréscimo de 33%), tendo voltado a recuperar em 2024 para os 26 utentes (acréscimo de 30%), estando já perto da frequência aquando do encerramento obrigatório, imposto pelas medidas nacionais de combate à Covid-19 (28 utentes em 2019).

Ainda no mesmo ano e na área de infância:

Utentes por resposta social – valores médios da área de infância em 2024			
Indicador	Creche	Pré-escolar	CATL
Capacidade	76	100	60
Frequência	82	61	55
Utentes em Acordo de Cooperação	82	61	43
Observações	2 Berçários; 3 Salas de 1 ano; 3 Salas de 2 anos. (encontra-se por abrir 1 sala de 2 anos)	3 salas (1 sala 3 anos; 1 sala 4 anos; 1 sala 5 anos).	Encerrado a 15 de setembro/2024
Utentes fora do acordo de cooperação	0	0	12

No cômputo destas respostas sociais tipificadas abrangemos mais 1,63% de utentes que em 2023, num total de 436 utentes (238 na área sénior e 198 na área de infância), dos quais 57 não estão abrangidos por acordo de cooperação.

Refira-se que em virtude dos acordos de ERPI serem antigos, estes abrangem a totalidade da capacidade atual das respostas em referência. Destaca-se, também, a atribuição de 10 vagas reservadas à Segurança Social / Centro Distrital de Viseu na ERPI Casa da Quinta e de 8 na ERPI Lar de Grandes Dependentes.

Destaque-se, também, o facto de o acordo de ERPI Lar de Grandes Dependentes ser um acordo atípico, o que ao abrigo do Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário, negociado entre as entidades de tutela (Ministérios da Educação, do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e da Saúde) e as entidades representativas do setor social (UMP – União das Misericórdias Portuguesas, CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social e a UM – União das Mutualidades Portuguesas), estes tipos de acordo de cooperação deverão ser convertidos gradualmente em acordos típicos (com redução da respetiva atualização dos acordos).

Por fim, deixa-se nota adicional quanto à concretização da decisão de encerramento do CATL, tal como referido anteriormente, com efeitos a 15 de setembro de 2024, atendendo o défice estrutural negativo e a existência atual de oferta pública, sendo que o processo de encerramento decorreu com normalidade, atendendo a comunicação atempada junto dos encarregados de educação e Centro Distrital de Viseu da Segurança Social, com conseqüente preparação de alternativas e articulação prévia. Encontra-se, contudo, ainda pendente o processo de transição das verbas que estavam afetas ao acordo de cooperação detido com o CATL, para o Centro de Dia, estimando-se que, segundo últimas informações, que este processo possa demorar um ano.

No âmbito das respostas sociais não tipificadas e de serviços à comunidade, registamos a seguinte informação média mensal em 2024:

Utentes por resposta social – valores médios das respostas sociais não tipificadas e serviços à comunidade em 2024					
Indicador	Cantina Social	PM - Privação Material	Horta Comunitária	BAT	Apoio Refugiados
Compromisso	10 refeições diárias	152 beneficiários	----	----	----
Beneficiários	8 agregados familiares (8 pessoas)	139	43	48	16
Observações	Servidas em média 10 refeições diárias	61 agregados familiares	Apoio técnico do projeto "Terras S. Pedro"		Compromisso pontual com ISS e UMP, mediante requisição, para apoio alimentar

À exceção do PM – Privação Material (anteriormente PO APMC) e da Cantina Social (acordo prorrogado até final do 1.º semestre de 2025 e aplicável apenas aos casos que não detenham condições de integração/apoio via PM), em que há apoio financeiro à sua

execução, se bem que parco, a Horta Comunitária e o BAT – Banco de Ajudas Técnicas têm sido disponibilizados com suporte financeiro próprio da Instituição.

Em termos de evolução de apoio, a nível da Cantina Social, este tem sofrido oscilações ligeiras ao longo dos últimos anos, com pequena redução do nível de apoio face ao ano anterior (2 refeições/dia). Em contrapartida, o apoio alimentar via PM registou um incremento de 87,84% face à média de 2023, muito influenciada pela transição de programa de apoio (do PO APMC para o PM – Privação Material, diferentes quadros comunitários) e respetiva assunção de coordenação no território de Lafões por esta Misericórdia. Apoio e evolução que pormenorizaremos no capítulo “Mitigação da Guerra na Ucrânia e da Guerra em Israel/Faixa de Gaza”.

A Horta comunitária mantém o mesmo nível de utilizadores que no ano anterior (ligeiro acréscimo) e o apoio técnico de um engenheiro agrícola do projeto “Terras S. Pedro” da Câmara Municipal. Mantém a mesma filosofia e dinâmica organizativa, sendo que a instituição além de ceder os talhões de terra e água para o cultivo, vai garantindo a limpeza regular do espaço, bem como apoio pontual aos utilizadores.

A nível do BAT, no final de 2024, tínhamos cedidas por todo o concelho de São Pedro do Sul, 35 camas articuladas, 7 cadeiras de rodas, 3 andarilhos, 1 cadeira de banho, 1 colchão antiescaras e 1 par de muletas.

Por seu lado, no apoio a refugiados, apenas se dispõe de apoio público na ajuda alimentar, mediante requisição do Centro Distrital de Viseu da Segurança Social ou da UMP – União das Misericórdias Portuguesas (ao abrigo de protocolo com a AIMA – Agência para a Integração Migrações e Asilo), enquanto medida extraordinária ao abrigo da Proteção Internacional. A instituição colabora, ainda neste campo e a título particular, com apoio a nível de alojamento e contratação, medidas que pormenorizaremos no capítulo “Mitigação da Guerra na Ucrânia e da Guerra em Israel/Faixa de Gaza”.

Colaboradores

Em termos de indicadores associados aos Recursos Humanos, registamos uma estabilização ao longo destes cinco anos (com ligeira subida de 2022 para 2023), em números absolutos, numa média de 187 colaboradores, sendo que, nestes indicadores não são considerados os Órgãos Sociais e a nível dos prestadores de serviços, apenas os com contrato de prestação de serviços individual (canalizador, médicas e capelão).

Também não são considerados os colaboradores com ausências superiores a 30 dias, nomeadamente por motivo de licença sem vencimento e baixa prolongada (2), atendendo a que nestas situações, dada a natureza da atividade da MSPS, em regra, há lugar à substituição temporária do posto de trabalho.

Evolução do n.º de colaboradores

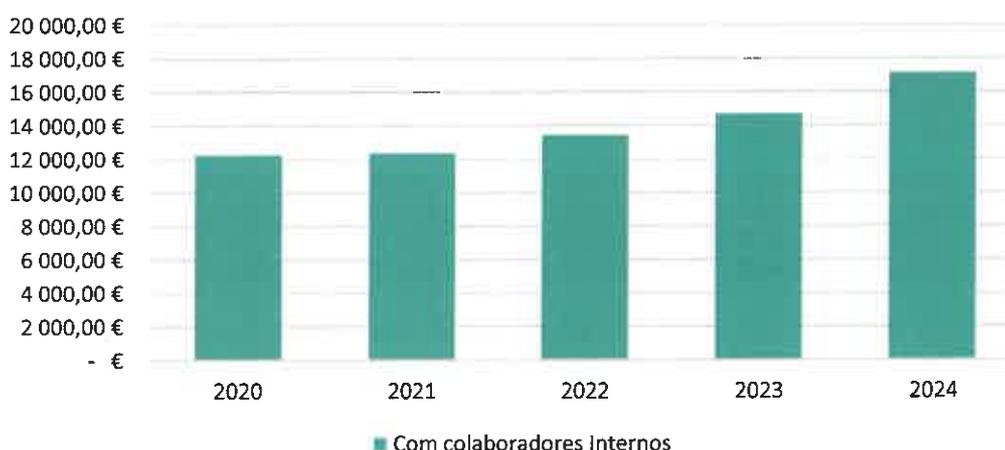


Em 2024 registamos um número médio mensal de 194 colaboradores (Internos e externos) ou, considerando apenas os internos, de 190 colaboradores (97,94%), 185 com contrato de trabalho sem termo, ou seja, estão nos quadros da MSPS e apenas 5 com contrato a termo. Os restantes 2,06% (4) correspondem aos prestadores de serviços.

Registamos, deste modo, uma manutenção do número total de colaboradores, salvaguardando o necessário recrutamento para formação inicial de equipas de trabalho (necessária para as substituições por reforma), bem como reforço de equipas da Creche, considerando a abertura de novas salas e para as quais se conseguiu converter a generalidade dos colaboradores do CATL.

Se associarmos a evolução do quadro de colaboradores e a evolução dos encargos com pessoal (incluindo todos os encargos de remuneração e encargos sociais), verificamos uma subida do rácio gastos de pessoal/colaborador para o montante de 17.147,57€ por colaborador em 2024, mais 16,62% face ao ano anterior.

Evolução do rácio gasto/colaborador

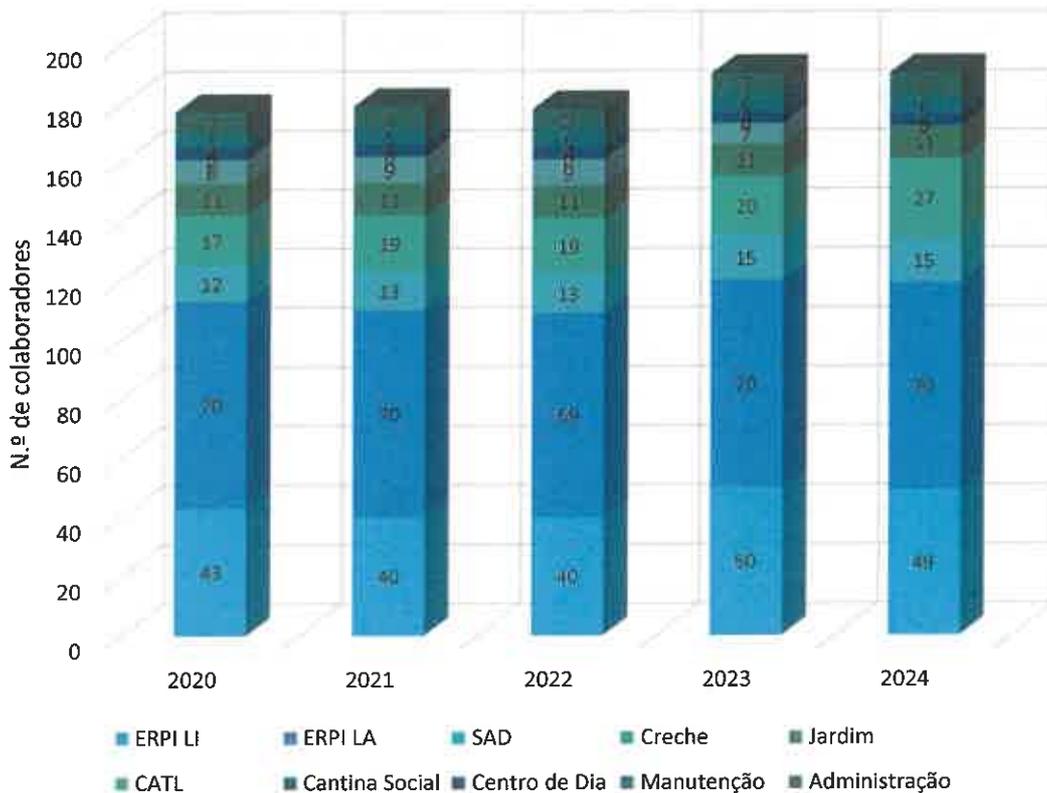


Em termos da estrutura por resposta social, esta tem estado estável, prevalecendo o peso das ERPI's, uma subida da creche (pelo já exposto: transição dos colaboradores do CATL para as novas salas da creche) e uma manutenção no cômputo das restantes respostas.

Na manutenção estão incluídos os colaboradores das obras e manutenção, cuja imputação de custo é feita parcialmente a cada resposta social. Na administração incluem-se pessoal de secretaria, economato, recursos humanos e direção.

Do anterior, prevalece o respeito pelos rácios de colaboradores/funções indicativos para cada resposta social, nos termos normativos legais, tal como confirmado nas ações de acompanhamento da Segurança Social, detendo-se, inclusivamente colaboradores e categorias para além das normalmente exigidas, o que nos confere uma segurança e qualidade de serviço superior.

Evolução dos Colaboradores Internos por Resposta Social



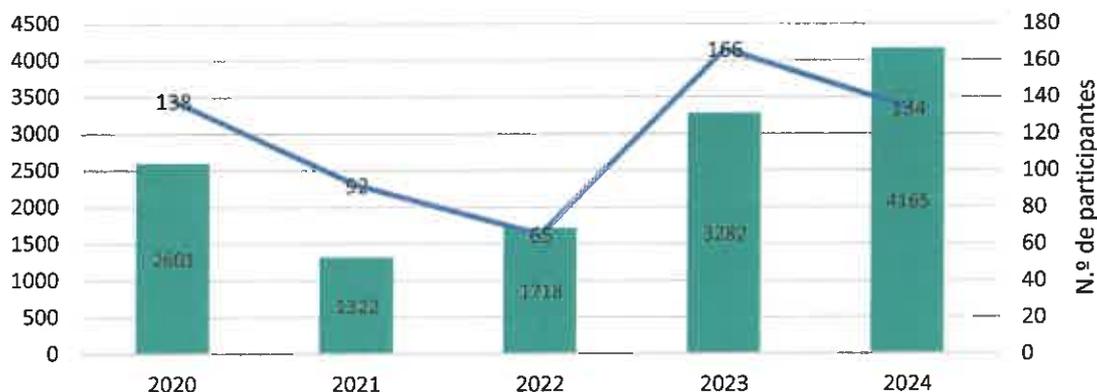
Tal como referido acima, apesar do encerramento do CATL, mantivemos o número de colaboradores neste último ano, considerando a transição efetuada dos colaboradores do CATL (à exceção da professora de 1.º ciclo, com a qual se teve que proceder a cessação do posto de trabalho) para a Creche. Esta transição, a par do recrutamento de novos educadores para a abertura das novas salas da creche, traduziu-se num acréscimo de 35% (7 colaboradores) nesta resposta social.

Nota final para a qualificação do pessoal, na qual se tem continuamente apostado, pelo que, neste último ano, terminámos com um volume de 4.165 horas de formação (mais 26,90% que em 2023) e 134 colaboradores envolvidos, o que dá uma média de 31 horas de formação por participante.

Continuamos a registar que o recurso a formação à distância, ainda muito disponibilizada, é uma barreira em determinadas áreas de serviço e grupo de colaboradores.

Face ao ano anterior, registamos, assim, um decréscimo no número de colaboradores participantes em ações de formação (-19,28% de participantes), contudo registamos um acréscimo de 57,21% no número médio de horas de formação por participante. Registamos menos participantes, mais ações mas de maior duração.

Evolução do número de horas de formação anual



Obs.: Em 2022 procedeu-se à retificação dos dados dos anos anteriores, atendendo a entrega e registo posterior de certificados de formação.

- Número de horas de formação (volume anual)
- Número de participantes em ações de formação

Como referido em relatório anterior, ressalva-se que, atendendo a consolidação dos dados de formação, verificou-se que alguns dos dados anteriores a 2022 estavam sub-representados, em virtude da entrega pelos colaboradores e registo posterior aos relatórios de gestão, de alguns certificados de formação.

Nota adicional para as dificuldades de recrutamento de pessoal auxiliar na área sénior que se estão a sentir de há uns anos a esta parte, bem como para o acréscimo de procura de candidatas imigrantes. Regista-se, deste modo, uma mudança de paradigma na oferta de recursos humanos, tendo a instituição terminado o ano de 2024, com 22 contratos de trabalho estabelecidos com imigrantes (11,58% dos colaboradores internos), na sua maioria da América do Sul, o que representa um acréscimo de 37,5%.

Colaboradores Imigrantes em 2024			
País/região origem	Total de admissões no ano	Total de Cessações no ano	Colaboradores ativos no final do ano
América Sul	6	3	17
África	3	0	5
Total	9	3	22

Dos 22 colaboradores imigrantes ativos no final do ano, 20 encontram-se já nos quadros da instituição.

Para finalizar este pequeno enquadramento dos Recursos Humanos da MSPS, reforçamos que o empenho dos nossos colaboradores, ao longo dos anos de existência desta Misericórdia, foi sempre digno de ser assinalável. Ressalvamos, no entanto, a dedicação acrescida dos mesmos, no ano a que reporta o presente relatório: reconhecemos e enalteçamos o seu esforço de trabalho nas condições adversas que atravessámos durante a fase pandêmica e, findo esta, com os desafios económicos decorrentes da escalada inflacionista e, no caso das valências da área de infância, a resiliência para a adaptação aos condicionalismos impostos no decorrer das obras verificadas.

Este esforço de trabalho conjunto traduz-se numa força coletiva e mobilizadora para se alcançar com êxito as medidas de mitigação de risco implementadas e a implementar.

5. Mitigação da Guerra na Ucrânia e da Guerra em Israel/Faixa de Gaza

Após um período pandémico, não fosse, assim, o bastante para a humanidade estar a iniciar um processo de recuperação, vimo-nos a braços com os efeitos nefastos de duas guerras, territorialmente bem perto: a guerra na Ucrânia (na Europa) e a guerra em Israel/Faixa de Gaza, que persistem.

O embargo económico à Rússia e as dificuldades nas exportações da Ucrânia (recorde-se que é o maior exportador de cereais), a par da instabilidade social e crise migratória que decorre da mesma, provocou movimentações de refugiados sem precedentes, bem como uma subida generalizada de preços que não víamos há décadas.

Por seu lado, no tocante à subida de preços, registamos em 2024, segundo os dados do BdP – Banco de Portugal, uma atenuação da taxa de inflação média de 3,8% registada em janeiro, para uma de 2,4% em dezembro, confirmando-se uma taxa de inflação do ano (média) de 2,42%.

Este cenário, de atenuação da taxa de inflação e de cautela sobre as possíveis consequências dos conflitos ainda em curso, a par das políticas da nova administração americana, obrigou-nos a cautela na elaboração do orçamento para o ano de 2025, atendendo o impacto que a mesma foi refletindo na aquisição de vários produtos e serviços ao longo de 2024, muitas das vezes de forma diferida no tempo. Mitigou-se com a negociação de alguns contratos mas noutros não foi possível manter os preços (exemplo o de alimentação e energia elétrica), a que se juntou o fim de medidas de contenção pública, como foi o caso de atualizações extraordinárias dos acordos e medidas de apoio à energia.

Esta pressão inflacionista (apesar de mais atenuada) obriga-nos, também, a um cuidado adicional nas consultas de mercado e negociação de preços, bem como na ponderação e maior priorização dos investimentos e racionalização constante de custos, sendo aconselhável escalarmos as medidas de eficiência energética e de mobilidade elétrica que já vimos a implementar.

Assim, da atuação da instituição, há a referir duas áreas em especial: o apoio aos refugiados e o apoio alimentar.

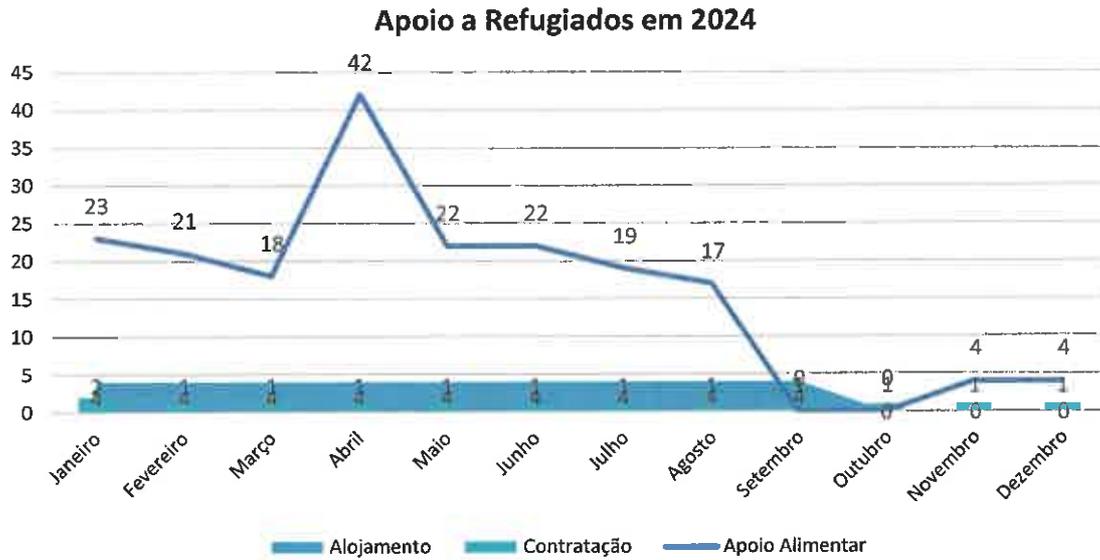
Apoio a Refugiados

Em termos de movimentos de refugiados, registamos o concelho de São Pedro do Sul como concelho de acolhimento desde a primeira hora, estando a instituição a colaborar ativamente no fornecimento de refeições, em medidas de empregabilidade e, até setembro de 2024, em alojamento. Destacamos, deste modo, as iniciativas promovidas pela Instituição no apoio a refugiados.

Medidas Sociais de Apoio	Observações	Parceiros
Alojamento	Disponibilização de 4 quartos com Casa de Banho e sala com <i>kitchenette</i> em espaço contíguo à sede da Instituição. Cessado em setembro de 2024.	Câmara Municipal de São Pedro do Sul – apoio legal e articulação institucional. UMP – divulgação.
Apoio Alimentar	Fornecimento de refeições confeccionadas (Pequeno-almoço, almoço, lanche e jantar), quer na sede, quer em alojamentos particulares da freguesia de S. Pedro do Sul, Várzea e Baiões.	ISS – Apoio Financeiro. UMP – Apoio Financeiro.
Contratação	Contratação corrente.	----

Da implementação das medidas anteriores, registamos uma média de 4 beneficiários em alojamento no ano (até setembro), 16 em apoio alimentar e 1 refugiados com quem se estabeleceu contrato individual de trabalho. Deste último apoio, estabeleceu-se contrato inicial ao abrigo da medida MARESS do IEFP e, findo a medida, já em janeiro de 2023, foi estabelecido contrato por tempo indeterminado.

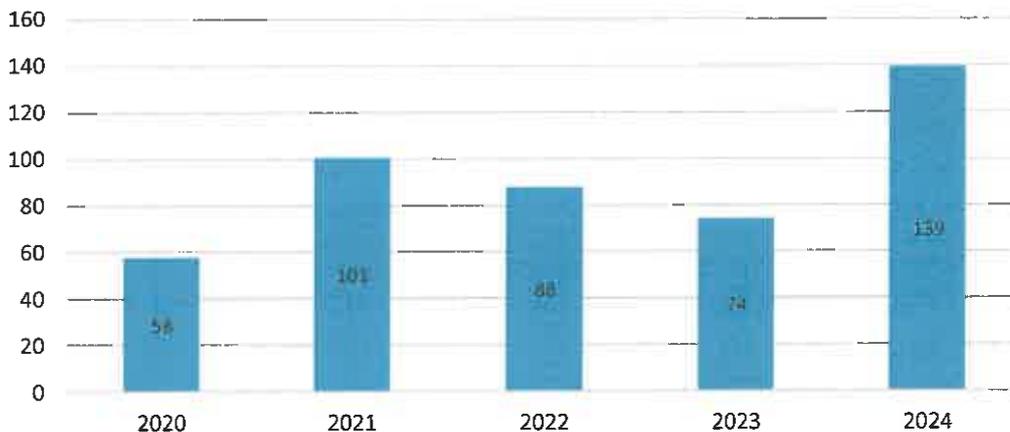
Da frequência de apoio mensal, ressalva-se o pico de apoio alimentar em abril, com um total de 42 beneficiários, oscilação numa média de 20 até agosto e uma atuação pontual nos últimos dois meses do ano.



Apoio Alimentar

Um outro campo que queremos deixar nota, prende-se com o apoio alimentar, no qual se manteve a linha e abrangência das Cantinas Sociais (entrega de refeições confeccionadas) em 8 beneficiários, contudo registou-se um acréscimo de 87,75% na média mensal de beneficiários do PO APMC / PM – Privação Material face ao ano de 2023, cifrando-se esta em 139 beneficiários em 2024 (o maior valor dos últimos 5 anos), tal como referido anteriormente, muito devido ao facto da transição de programa/quadro e assunção das funções de coordenadora.

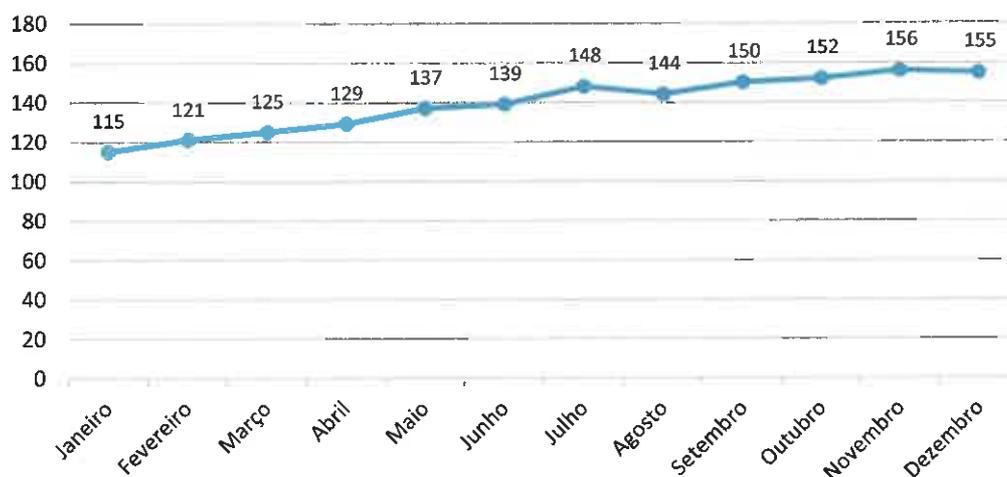
Evolução da média anual de beneficiários PO APMC / PM - Privação Material



Em termos da evolução mensal e em números absolutos, atendendo os efeitos nefastos da inflação (desemprego, redução de rendimentos familiares, etc.) que levou a um crescendo constante de sinalização de famílias para este mecanismo de apoio alimentar (distribuição direta de bens alimentares), ao longo de todo o ano, mantivemos sempre uma curva crescente, tendo-se finalizado o ano de 2024 com 155 beneficiários (corresponde a 61 agregados familiares), acima do protocolado.

Nota adicional para a reformulação da parceria para o território, tendo esta Misericórdia assumido as funções de coordenadora para o território de Lafões, ainda em dezembro de 2023, para além de mediadora no concelho de S. Pedro do Sul. Esta alteração prendeu-se com a transição para o programa que substituiu o PO APMC no novo quadro comunitário ("PM - Privação Material") e com a saída da anterior coordenadora (Misericórdia de Oliveira de Frades), tal como referido em relatório anterior.

Evolução mensal de beneficiários Privação Material em 2024



Enquanto coordenadora deste programa, adicionalmente assegura o apoio, de forma indireta através das restantes mediadoras que coordena, a cerca de mais 280 beneficiários (em termos médios) nos restantes concelhos de Lafões.

6. Sustentabilidade 2024

Enquadrando no presente relatório de gestão a publicação do relatório de sustentabilidade, continuamos com a divulgação das respetivas iniciativas adotadas no último ano. Procuramos, deste modo, dar conta das principais iniciativas desenvolvidas, participadas ou apoiadas pela MSPS em matéria da sustentabilidade e responsabilidade social.

Não obstante o facto de algumas iniciativas já decorrerem de há uns anos a esta parte, este desafio de implementação e divulgação da responsabilidade social é cada vez mais premente face às fortes contingências e adaptações decorrentes dos desafios sociais com que nos deparamos.



Apoio e Relação com a Comunidade Local

Em 2024 mantivemos o nosso compromisso de apoio ao bem-estar e qualidade de vida das comunidades locais, promovendo o seu desenvolvimento e uma maior equidade social.

- Disponibilização de instalações e energia elétrica à Associação Desportiva Academia Andebol – São Pedro do Sul, para o acantonamento de equipas visitantes participantes no XII Termas Andebol Cup.
- Oferta de prenda de Natal a todas as crianças que frequentam as respostas sociais da área de infância.
- Disponibilização gratuita de ajudas técnicas através do BAT – Banco de Ajudas Técnicas a famílias do concelho de São Pedro do Sul.
- Colaboração em campanhas locais e nacionais, como é o caso da Campanha local de angariação de alimentos para as abelhas, considerando a significativa perda de massa florestal no nosso concelho nos incêndios de setembro/outubro de 2024 e que decorreu na área de infância da instituição, com a presença de um produtor (apicultor) local.
- Doamos águas e material de enfermagem às duas corporações de Bombeiros de São Pedro do Sul (Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de S. Pedro do Sul e Bombeiros Voluntários de Salvação Pública de S. Pedro do Sul), durante as ações de combate aos incêndios decorridos em setembro/outubro do último ano.
- Articulamos, divulgamos e participamos na campanha “Energia Solidária – 2024”, promovida pela Entrajuda e Galp, possibilitando a atribuição de uma garrafa de gás Galp (13Kg), sem custos, a 63 famílias carenciadas do concelho de S. Pedro do Sul, em dois momentos do ano.
- Disponibilização gratuita de parcela de terreno na “Horta Comunitária”, com incentivo à produção agrícola para autoconsumo em modo de produção biológica e articulação de acompanhamento técnico aos utilizadores por engenheiro agrícola do projeto “Terras São Pedro” da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul.
- Manutenção da parceria GAL-ADDLAP e à respetiva EDL – Estratégia de Desenvolvimento Local ADDLAP 2030.
- Coorganizamos a “1 Jornada + Visibilidade – pensar a pessoa idosa”, destinada a cuidadores formais, cuidadores informais e comunidade, com o objetivo de desmistificar e valorizar o papel da pessoa idosa, bem como dos cuidados a prestar às mesmas.
- Lideramos o consórcio da parceria para o território de Lafões, no âmbito do combate à privação material, através de projeto com o mesmo nome.



Educação e Cultura

Continuamos a implementar medidas e a apoiar iniciativas que valorizam a identidade cultural da instituição e do concelho.

- Foi mantida a publicação trimestral da revista "Caminho no Tempo", com disponibilização em suporte impresso e digital (via site, rede social de Facebook e em *newsletter* institucional).
- Mantemos a recolha e registo de histórias de vida de seniores utentes das várias respostas sociais da instituição, procedendo, inclusive, com a devida autorização dos próprios, à sua publicação na revista institucional.
- Foram promovidas as comemorações de S. António, padroeiro da instituição, integradas numa semana cultural com um programa descentralizado e aberto à comunidade, onde se incluiu, para além da procissão de S. António, todo um conjunto de espetáculos musicais e culturais.
- Foi mantida a abertura da Capela de S. António para a comunidade (de forma diária) e para visitas guiadas do Município no âmbito do turismo local sempre que solicitado.
- Retomamos, em parceria com o Agrupamento de Escolas de S. Pedro do Sul e a MUT, o desfile de carnaval das crianças, pela Av. Sá Carneiro em São Pedro do Sul.
- Colaboramos e recebemos nas nossas ERPI a iniciativa "Abraço Fraternal" da Fundação INATEL, que procura possibilitar a disseminação de um acervo de atuações culturais, na altura do Natal, junto de instituições sociais.
- Mantemos, ao longo do ano, um acervo de iniciativas culturais e tradicionais nas várias respostas sociais.
- Mantemos a dinamização, com convidados externos, dos debates que designamos "O Mundo Hoje", sobre temas da atualidade, históricos ou vivências, junto dos idosos da Misericórdia (e seus familiares), convidando alternadamente outras instituições congêneres a participarem.



Responsabilidade Social Interna

O bem estar e o apoio aos trabalhadores continuam a ser um dos vetores da nossa atividade.

- Distribuição de cabaz de Natal a todos os trabalhadores.
- Antecipação do subsídio de Natal ou férias mediante solicitação.

- Atribuímos o dia de aniversário dos colaboradores como dia de férias complementar.
- Manutenção do programa de bem-estar para os colaboradores (cedência de espaço para dinâmicas de Zumba/ginástica) e sessões de Fisioterapia laboral/ginástica em contexto laboral, estando atualmente a ultimar-se a preparação de um ginásio interno para os colaboradores.
- Aposta na comunicação interna em vários canais (e-mail, *newsletter*, revista, reuniões *online* e presenciais, etc.) para garantir a consistência das mensagens em tempo de incerteza.
- Reconhecimento interno do papel das mulheres na sociedade, assinalando o Dia Internacional da Mulher, com dinamização de iniciativa simbólica e reconhecimento público das mulheres (utentes e colaboradoras) que fazem esta casa.
- Procuramos promover e incrementar a formação profissional contínua, numa perspetiva de melhoria de competências e aposta na qualificação das equipas de trabalho.
- Procura e manutenção de protocolos comerciais para garantir condições comerciais mais vantajosas em estabelecimentos comerciais e de serviços locais aos colaboradores e irmãos da MSPS.



Recuperação e Preservação do Património

O património é uma herança do passado que temos que respeitar, valorizar, tirar mais-valias e transmitir às gerações futuras.

- Remodelação, modernização e ampliação da creche com vista ao aumento da capacidade instalada e conseqüente disponibilização à comunidade de um maior número de vagas.
- Intervenções de manutenção regular nos edifícios associados às várias respostas sociais.
- Intervenções de manutenção regular nos edifícios colocados no mercado de arrendamento (substituição do chão de loja; pinturas; reparação de infiltrações; manutenções regulares; etc.).
- Início da remodelação do R/c da casa detida nas Termas de São Pedro do Sul, para posterior colocação no mercado de arrendamento local, com renda acessível (atualmente em conclusão).
- Início da reanálise do projeto do antigo hospital, com vista a alteração do seu fim funcional, considerando os constrangimentos verificados para a concretização do projeto inicial (Hotel geriátrico).

- Gestão corrente e limpeza da quinta de Vendabões, recuperando culturas frutícolas.
- Gestão corrente e limpeza da Horta Comunitária, estando a estudar-se a eventual instalação de quinta pedagógica neste espaço.



Respeito pelo Meio Ambiente

Planeta há só um, pelo que é nossa obrigação reduzir tanto quanto possível a nossa "pegada" ecológica.

- Compromisso por uma Misericórdia mais verde, compilando medidas a levar a cabo para uma maior eficiência energética dos seus edifícios de serviços: instalação de painéis solares para AQS; reforço da central fotovoltaica da sede/jardim a qual em 2024 produziu 88.460,29Kwh de eletricidade para autoconsumo (mais 14,3% que no ano anterior, beneficiando já do alargamento concretizado no final do 2.º trimestre); aquisição de equipamentos com maior eficiência energética.
- Parceiro beneficiário da rede “Zero Desperdício”, comungando do objetivo de um Planeta mais limpo, mais sustentável, mais circular, tendo por base o combate ao desperdício alimentar.
- Adoção de estratégias e mecanismos de poupança de água e eletricidade.
- Operacionalização da separação do lixo e respetiva valorização, condução para reciclagem e promoção da política dos 3R (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) nas dinâmicas com os utentes, nomeadamente incentivando as crianças desde a creche para esta preocupação.
- Promoção de transição gradual para a mobilidade elétrica, aguardando-se a entrega de uma terceira viatura elétrica da MSPS (neste caso via candidatura aprovada à Frota Solidária da Fundação Montepio).
- Conclusão da empreitada de implementação de medidas de eficiência energética no edifício do jardim (projeto “Jardim + Verde” do Fundo Ambiental), compreendendo a mesma o alargamento da UPAC – Unidade de Produção para Autoconsumo, substituição de caixilharias, cobertura e substituição de equipamentos de climatização e apoio AQS.

7. Eventos subsequentes

Não influenciando as contas de 2024, mas com potencial impacto nas contas subsequentes, continuamos a verificar à presente data condicionalismos decorrentes da atual conjuntura económica derivada da ofensiva/guerra russa na Ucrânia e conflito na

Faixa de Gaza, nomeadamente, numa primeira fase, com o aumento generalizado e consecutivo dos preços e, atualmente, com a estabilização da taxa com a manutenção dos preços elevados comparativamente há dois anos, incluindo-se o impacto do diferimento das subidas atendendo os contratos de fornecimento (matérias primas e serviços) em vigor. Acresce a instabilidade e incerteza quanto à política económica dos Estados Unidos.

Considerando que os combustíveis e a aquisição de bens alimentares têm um grande peso na estrutura da instituição, é espectável uma continuidade no agravamento destes gastos, sendo, também, previsível a estabilização deste impacto no custo de outros bens e serviços.

Nestes termos, a instituição procurará, desde já, estudar e promover iniciativas que possam mitigar este impacto espectável de custo. Refira-se, a título de exemplo, a importância para:

- Uma racionalização constante dos recursos.
- Reforço de boas práticas de reutilização de materiais, poupança de energia e água.
- Aceleração do processo de transição para a mobilidade elétrica.
- Alargamento da implementação das medidas de eficiência energética consideradas nos estudos energéticos dos edifícios das várias respostas sociais, sendo prioritário o da ERPI Lar de Grandes Dependentes.
- Ao abrigo da nova regulamentação de certificação energética, estudo e implementação de novas soluções como a substituição de equipamentos técnicos mais obsoletos e remodelação da ERPI Lar de Grandes Dependentes.
- Reforço da sensibilização para as dicas de poupança de combustível na condução.
- Procura de novas parcerias para a partilha de recursos e/ou apoio à instituição ao abrigo do mecenato.

Contingência económica nacional/mundial de incerteza (com duas Guerras com perspectivas de se prolongar no tempo), o que requer um acompanhamento próximo e cauteloso de todo o processo, para melhor adotarmos as medidas possíveis.

8. Proposta de aplicação de resultados

Considerando que a MSPS encerrou as contas relativas ao exercício de 2024 com Resultados Líquidos negativos no montante de 214.236,05€ e atendendo que deverá constar no relatório de gestão a forma como deverá ser aplicado aquele resultado, propõe-se que o referido Resultado Líquido do exercício seja integrado na conta “Resultados Transitados”.

NOTA FINAL

Em termos de conclusão, a Mesa Administrativa continua atenta ao desenrolar dos problemas sociais que afetam a nossa comunidade, seja em termos locais, regionais ou nacional. Perante estes, reafirmamos que a acomodação e passividade são termos que continuam abolidos nas reuniões de trabalho. Acreditamos num futuro que fará justiça a todos os que acreditam num mundo melhor, ou seja, onde existe maior justiça social e um maior equilíbrio socioeconómico.

Cabe a cada um de nós inculcar o espírito e valores de entrega, de perseverança e intervenção social, atuando de e para uma sociedade solidária, fugindo, assim, ao imediatismo e individualismo muito patente na sociedade atual.

Finalmente, a Mesa Administrativa agradece e expressa o seu reconhecimento por toda a colaboração, aos Representantes do Centro Distrital de Viseu do Instituto de Solidariedade e Segurança, à União das Misericórdias Portuguesas, ao Instituto de Emprego e Formação Profissional, à Câmara Municipal de São Pedro do Sul, aos Órgãos Sociais, parceiros institucionais, bem como aos Colaboradores que, de uma forma muito profissional, aplicam no seu dia-a-dia todo o seu empenho e carinho a todos os que usufruem dos nossos serviços.

Deixamos, deste modo, uma palavra de agradecimento a todos os que colaboram nesta Causa, desejando que mantenham e difundam a Esperança em todos aqueles que a nossa ação toca.

O Diretor-geral



O Contabilista Certificado



(CC 64202)

Aprovado em Reunião de Mesa Administrativa da Misericórdia de S. António de São Pedro do Sul em 19 de março de 2025.

A Mesa Administrativa.

Provedor



Vice-Provedor



Secretário



Tesoureiro



Vogal



Deliberação em Assembleia Geral:

Aprovado por unanimidade em Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Santo António de São Pedro do Sul, a 28 de março de 2025.

Presidente

Diogo Fernandes

Vice-Presidente

(COOPETADO)

Secretário

Luís António

(Handwritten notes and signatures on the right margin)

Nota: Anexar cópia da Ata da Assembleia Geral.

ANEXOS

Anexo 1 - Relatório de Contas

Anexo 2 - DMR comparativas

Anexo 3 - Parecer do Conselho Fiscal

Anexo 4 - Ata da Assembleia Geral

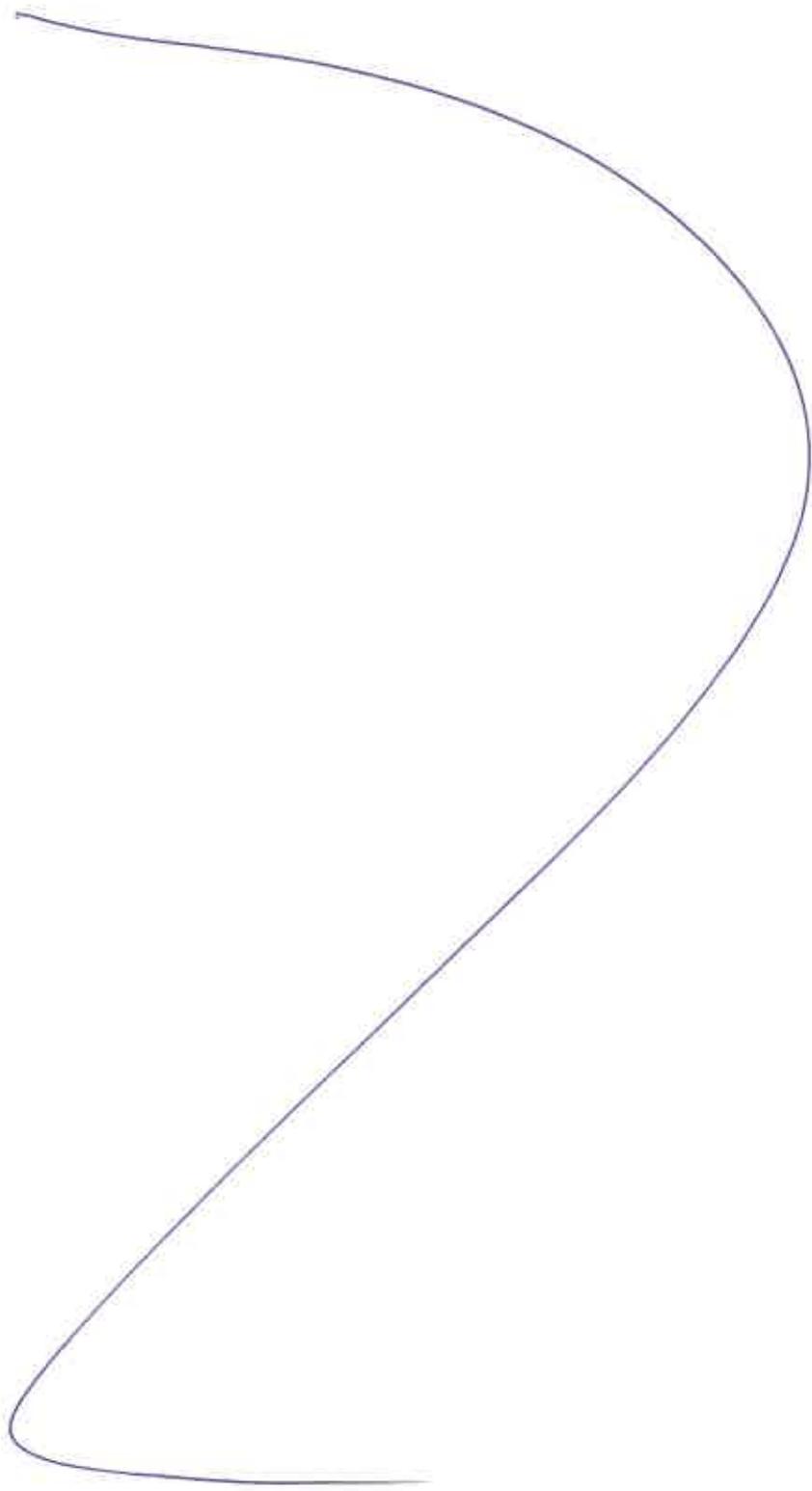


[Handwritten signatures in blue ink]

Anexo 1 – Relatório de Contas



C.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.

BALANÇO

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro do Sul

NIF 501157506

Rua da Misericórdia, nº 6 - São Pedro do Sul

UNIDADE MONETÁRIA (1)

BALANÇO (Individual)

EUR

Fator:

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

1

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2024	31 DEZ 2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3/5	5 192 584.64	4 583 344.44
Bens do Património Histórico e Cultural	3/5	98 294.56	98 294.56
Ativos intangíveis	3/6	0.00	0.00
Investimentos Financeiros	3/14.1	22 610.55	22 610.55
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Mem			
		5 313 489.75	4 704 249.55
Ativo corrente			
Inventários	3/8	54 058.72	54 145.09
Créditos a Receber	3/14.2	57 972.21	60 974.73
Estado e outros entes públicos	3/14.9	168 995.80	5 164.72
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Mem	3/14.3	11.00	15.50
Outros ativos correntes	3/14.4	553 174.80	100 105.52
Diferimentos	3/14.5	14 738.18	21 380.71
Caixa e depósitos bancários	3/14.6	1 577 075.30	2 311 331.25
		2 426 026.01	2 553 117.52
Total do ativo		7 739 515.76	7 257 367.07
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		0.00	0.00
Excedentes técnicos		0.00	0.00
Reservas		0.00	0.00
Resultados transitados	14.7	5 821 707.82	5 761 461.17
Excedentes de revalorização		0.00	0.00
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	11/14.7	1 241 654.86	691 671.23
Resultado líquido do período		-214 236.05	60 246.65
Total dos fundos patrimoniais		6 849 126.63	6 513 379.05
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	10	0.00	0.00
Provisões específicas		0.00	0.00
Financiamentos obtidos		0.00	0.00
Outras dívidas a pagar		0.00	0.00
		0.00	0.00
Passivo corrente			
Fornecedores	3/14.8	144 563.60	93 283.46
Estado e outros entes públicos	3/14.9	96 133.25	66 215.90
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Mem		0.00	0.00
Financiamentos obtidos		0.00	0.00
Outros passivos correntes	3/14.10	633 339.57	562 413.37
Diferimentos	3/14.5	16 352.71	22 075.29
		890 389.13	743 988.02
Total do passivo		890 389.13	743 988.02
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		7 739 515.76	7 257 367.07

1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de eurc

A Administração

O Contabilista Certificado

Luís António
Carolina Reis

Agostinho de Almeida Bizueto

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro do Sul
Rua da Misericórdia nº 6 - São Pedro do Sul

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL) DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

1

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	3/9	4 036 013.56	3 894 886.01
Subsídios ISS	3/14.11	43 048.17	27 943.81
Subsídios de Outras Entidades	3/14.11	132 987.63	112 301.79
Variação nos inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade	14.13	9 111.57	5 140.91
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-132 355.27	-139 808.18
Fornecimentos e serviços externos	14.12	-1 095 257.01	-1 067 088.55
Gastos com o pessoal	3/12	-3 258 039.22	-2 793 799.11
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	3/14.2	-15 776.15	10 622.73
Provisões (aumentos/reduções)	10	0.00	13 997.25
Provisões específicas (aumentos/redução)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos	3/9/11/14.14	339 363.39	264 630.73
Outros gastos	14.15	-35 939.53	-47 319.09
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		23 157.14	281 508.30
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3/5/6	-237 393.19	-221 261.65
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-214 236.05	60 246.65
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		-214 236.05	60 246.65
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		-214 236.05	60 246.65

A Administração

O Contabilista Certificado

Luís Pereira
Almeida
Agostinho de Almeida Bizante
Quil

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro do Sul
Rua da Misericórdia nº 6 - São Pedro do Sul

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

1

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		1 553 264.88	1 531 920.71
Pagamentos a fornecedores		-1 223 695.08	-1 196 489.27
Pagamento de Apoios		-14 800.30	-14 201.44
Pagamento a pessoal		-2 159 055.94	-1 825 348.04
Caixa gerada pelas operações		-1 844 286.44	-1 504 118.04
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0.00	0.00
Outros recebimentos/pagamentos		1 554 689.83	1 483 337.24
Fluxos de caixa atividades operacionais (1)		-289 596.61	-20 780.80
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
<i>Pagamento respeitantes a:</i>			
Propriedades de investimento		-899.37	-973.33
Activos fixos tangíveis		-803 456.46	-295 499.70
Activos intangíveis		0.00	0.00
Investimentos financeiros		0.00	-2 445.22
Outros ativos		0.00	0.00
<i>Recebimentos provenientes de:</i>			
Propriedades de investimento		154 752.50	130 416.71
Activos fixos tangíveis		0.00	550.00
Investimentos financeiros		0.00	1 287.08
Outros ativos		0.00	0.00
Activos intangíveis		0.00	0.00
Subsídios de investimento		151 494.17	7 500.00
Juros e proveitos similares		45 968.97	7 574.65
Fluxos de caixa das atividades de investimento(2)		-452 140.19	-151 589.81
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
<i>Recebimentos provenientes de:</i>			
Financiamento obtidos		0.00	0.00
Realizações de fundos		0.00	0.00
Cobertura de prejuízos		0.00	0.00
Doações		7 480.85	7 022.66
Outras operações de financiamento		0.00	0.00
<i>Pagamentos respeitantes a:</i>			
Financiamento obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares		0.00	0.00
Dividendos		0.00	0.00
Redução de fundos		0.00	0.00
Outras operações de financiamento		0.00	0.00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		7 480.85	7 022.66
Variação de caixa e seus equivalentes(1+2+3)		-734 255.95	-165 347.95
Efeito das diferenças de câmbio		0.00	0.00
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 311 331.25	2 476 679.20
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4/14.6	1 577 075.30	2 311 331.25

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

A Administração

O Contabilista Certificado

Agostinho de Almeida Brito

[Handwritten signature]

ANEXO 2024

1. Identificação da Entidade

1.1 A Santa Casa da Misericórdia de Santo António de S. Pedro do Sul é uma entidade sem fins lucrativos, IPSS, com o NIPC 501 157 506.

1.2 Sede em Rua da Misericórdia n.º 6 – 3660-694 São Pedro do Sul.

1.3 A Santa Casa da Misericórdia de Santo António de S. Pedro do Sul tem o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e justiça entre os indivíduos. Tem como principal atividade a ação social para pessoas idosas e crianças, expressa nas suas 7 respostas sociais tipificadas: ERPI – Estrutura Residencial para Idosos; ERPI Lar de Grandes Dependentes; Creche, Pré-Escolar (Jardim-de-infância); CATL – Centro de Atividades de Tempos Livres (valência extinta no início do ano letivo 2025/2026); SAD – Serviço de Apoio Domiciliário; e o Centro de Dia.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Em 2024 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de março. No anexo II do referido Decreto é referido que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria nº 215/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso 82592/2015, de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI).

2.2 Não existiram disposições do SNC que tenham sido derogadas.

2.3 Não aplicável

3. Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**3.1 Principais políticas contabilísticas.****3.1.1 Bases de apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF) e de acordo com os respetivos Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF).

Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, excluindo-se, no entanto, o CATL, cujo encerramento ocorreu a 15 de setembro, sem necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das restantes operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um

conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas, das rubricas “Outros ativos correntes” e “Outros passivos correntes” e “Diferimentos”.

Consistência de Apresentação:

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.

Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade é dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação:

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Informação Comparativa:

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.1.2 Outras políticas contabilísticas**Ativos Fixos Tangíveis**

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de

desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em regime anual.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela seguinte:

Descrição	Vida Útil estimada (anos)
Terrenos e recurso naturais	Indefinida
Edifícios e outras construções	6 a 50 anos
Equipamento Básico	4 a 6 anos
Equipamento de transporte	5 a 10 anos
Equipamento administrativo	3 a 10 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	4 a 6 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, e que sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também é efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo decorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais".

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua

vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem têm um tratamento contabilístico diferente do bem onde são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em regime anual.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As "Propriedades de Investimento" são registadas pelo seu custo, o qual consideramos que se aproxima do seu justo valor, pelo que não achamos necessário proceder à avaliação das mesmas. Assim, de acordo com a vida útil estimada das Propriedades de Investimento, são calculadas as depreciações das mesmas seguindo o método da linha reta, em regime anual.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento" até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção, a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "Variação de valor das propriedades de investimento", que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas

quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em regime anual.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida Útil estimada (anos)
Programas de computador	3 a 5 anos

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo seja superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos os “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações do risco segurado;
 - Alterações da taxa de câmbio.
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Créditos a Receber e Outros Ativos Correntes

Os Créditos a receber e outros ativos correntes encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim refletir o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e o respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estejam mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF-ESNL).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos financeiros

As dívidas registradas em “Fornecedores” e “Outros passivos financeiros” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advendam de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimos Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Estado e Outros Entes Públicos

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2021 a 2024 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Relativamente às prestações de serviço, o rédito é reconhecido no período a que respeitam, com a exceção do rédito das quotas que é reconhecido aquando do seu recebimento.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o regime do acréscimo.

Subsídios do governo

O rédito de subsídios é reconhecido quando existe segurança de que a entidade cumprirá as condições a eles associadas e que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios não reembolsáveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante o período de vida útil dos bens a que eles dizem respeito na rubrica "Outros rendimentos", de forma a balanceá-los com os gastos relacionados com os respetivos ativos.

No caso dos subsídios reembolsáveis, estes são contabilizados como passivos, mas se posteriormente adquirirem a condição de não reembolsáveis, passarão a ter o tratamento referido anteriormente.

Quando um subsídio se torne recebível por uma entidade como compensação por gastos ou perdas incorridos num período anterior, esse subsídio deve ser reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível, com a divulgação necessária para a compreensão do seu tratamento.

Na situação em que um subsídio se torne reembolsável, este deve ser contabilizado como uma revisão de uma estimativa contabilística. Assim, esse reembolso de um subsídio relacionado com rendimentos ou relacionado com ativos deve ser primeiramente aplicado em contrapartida de eventuais créditos diferidos, não amortizado e seguidamente deve ser reconhecido como um gasto.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do próprio período na rubrica "Subsídios à exploração" da Demonstração dos Resultados do Período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento. Caso se tornem recebíveis num período posterior, estes serão rendimentos do período em que se tornem recebíveis.

Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados de curto prazo são mensurados numa base não descontada e reconhecidos de acordo com o princípio do acréscimo.

3.1.3 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

3.1.4 Alteração de políticas contabilísticas

De acordo com o parecer da CNC, de 31 de outubro de 2023, e circular 93/2023, de 10-11-2023, da União das Misericórdias Portuguesas, sobre a contabilização do rédito, as verbas

provenientes dos acordos de cooperação passaram a ser contabilizadas na conta 72 – Prestações de Serviços ao invés da conta 75 – Subsídios à exploração.

Assim, a partir das demonstrações financeiras de 2023, inclusive, foi adotado o tratamento em apreço.

3.1.5 Principais fontes de incerteza nas estimativas

Não se verifica.

4. Fluxos de Caixa

4.1 Os saldos de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso e a sua desagregação consta da nota 14.6.

5. Ativos Fixos Tangíveis

5.1 Bens do património histórico, artístico e cultural

Nos anos de 2023 e 2024 não existiram quaisquer variações conforme quadros abaixo.

Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Bens Imóveis	83.445,37	0,00	0,00	0,00	0,00	83.445,37
Bens Móveis	14.849,19	0,00	0,00	0,00	0,00	14.849,19
Obras de Arte	7.103,06	0,00	0,00	0,00	0,00	7.103,06
Outros	7.746,13	0,00	0,00	0,00	0,00	7.746,13
Total	98.294,56	0,00	0,00	0,00	0,00	98.294,56

Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras de Arte	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

5.2 Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos Fixos Tangíveis 2023						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	171.697,12	0,00	0,00	0,00	0,00	171.697,12
Edifícios e outras construções	4.711.889,20	0,00	0,00	0,00	0,00	4.711.889,20
Equipamento Básico	1.828.262,48	31.061,22	0,00	0,00	0,00	1.859.323,70
Equipamento de transporte	407.757,72	0,00	13.540,00	0,00	0,00	394.217,72
Equipamento administrativo	335.718,09	20.847,11	810,00	0,00	0,00	355.755,20
Outros ativos fixos tangíveis	82.649,28	4.970,38	0,00	0,00	0,00	87.619,66
Ativos fixos tangíveis em curso	298.039,70	296.115,01	0,00	-381.755,00	0,00	212.399,71
Total	7.836.013,59	352.993,72	14.350,00	-381.755,00	0,00	7.792.902,31

Depreciações 2023						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	1.842.513,68	95.788,42	0,00	0,00	0,00	1.938.302,10
Equipamento Básico	1.625.240,70	55.861,23	0,00	0,00	0,00	1.681.101,93
Equipamento de transporte	378.395,22	9.787,50	13.540,00	0,00	0,00	374.642,72
Equipamento administrativo	329.040,90	6.658,83	810,00	0,00	0,00	334.889,73
Outros ativos fixos tangíveis	71.658,82	5.763,90	0,00	0,00	0,00	77.422,72
Total	4.246.849,32	173.859,88	14.350,00	0,00	0,00	4.406.359,20

Perdas por Imparidade 2023				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento Básico	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Ativos Fixos Tangíveis 2024						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	171.697,12	0,00	0,00	0,00	0,00	171.697,12
Edifícios e outras construções	4.711.889,20	0,00	0,00	813.497,94	0,00	5.525.387,14
Equipamento Básico	1.859.323,70	44.389,96	10.339,68	-0,40	0,00	1.893.373,58
Equipamento de transporte	394.217,72	0,00	0,00	0,00	0,00	394.217,72
Equipamento administrativo	355.755,20	1.648,37	0,00	0,00	0,00	357.403,57
Outros ativos fixos tangíveis	87.619,66	5.973,88	0,00	-36,00	0,00	93.557,54
Ativos fixos tangíveis em curso	212.399,71	797.056,93	0,00	-813.497,94	0,00	195.958,70
Total	7.792.902,31	849.069,14	10.339,68	-36,40	0,00	8.631.595,37

Depreciações 2024						
Descrição	Saldo Inicial	Depreciações do exercício	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	1.938.302,10	107.813,66	0,00	0,00	0,00	2.046.115,76
Equipamento Básico	1.681.101,93	61.238,24	10.339,68	-0,40	0,00	1.732.000,09
Equipamento de transporte	374.642,72	9.787,50	0,00	0,00	0,00	384.430,22
Equipamento administrativo	334.889,73	5.674,29	0,00	0,00	0,00	340.564,02
Outros ativos fixos tangíveis	77.422,72	5.548,31	0,00	0,00	0,00	82.971,03
Total	4.406.359,20	190.062,00	10.339,68	-0,40	0,00	4.586.081,12

Perdas por Imparidade 2024				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento Básico	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

5.3 Propriedades de Investimento

2023						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Propriedades de investimento – custo de aquisição	1.657.000,79	378.436,02	0,00	0,00	0,00	2.035.436,81
Propriedades de investimento - depreciações	-791.233,71	-47.401,77	0,00	0,00	0,00	-838.635,48
Total	865.767,08	331.034,25	0,00	0,00	0,00	1.196.801,33

2024						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Propriedades de investimento – custo de aquisição	2.035.436,81	0,00	-3.529,03	0,00	0,00	2.031.907,78
Propriedades de investimento - depreciações	-838.635,48	-47.331,19	1.129,28	0,00	0,00	-884.837,39
Total	1.196.801,33	-47.331,19	-2.399,75	0,00	0,00	1.147.070,39

6. Ativos Intangíveis

6.1 Outros Ativos Intangíveis

Ativos Intangíveis 2023						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Estudos e projetos	24.021,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.021,00
Certificação energética	23.528,17	0,00	0,00	0,00	0,00	23.528,17
Programas de computador	66.348,39	0,00	0,00	0,00	0,00	66.348,39
Total	113.897,56	0,00	0,00	0,00	0,00	113.897,56

Amortizações 2023						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Estudos e projetos	24.021,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.021,00
Certificação energética	23.528,17	0,00	0,00	0,00	0,00	23.528,17
Programas de computador	65.442,41	905,98	0,00	0,00	0,00	66.348,39
Total	112.991,58	905,98	0,00	0,00	0,00	113.897,56

Perdas por Imparidade 2023				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Estudos e projetos	0,00	0,00	0,00	0,00
Certificação energética	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Ativos Intangíveis 2024						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Estudos e projetos	24.021,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.021,00
Certificação energética	23.528,17	0,00	0,00	0,00	0,00	23.528,17
Programas de computador	66.348,39	0,00	0,00	0,00	0,00	66.348,39
Total	113.897,56	0,00	0,00	0,00	0,00	113.897,56

Amortizações 2024						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Estudos e projetos	24.021,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.021,00
Certificação energética	23.528,17	0,00	0,00	0,00	0,00	23.528,17
Programas de computador	66.348,39	0,00	0,00	0,00	0,00	66.348,39
Total	113.897,56	0,00	0,00	0,00	0,00	113.897,56

Perdas por Imparidade 2024				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Estudos e projetos	0,00	0,00	0,00	0,00
Certificação energética	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

7. Custo de Empréstimos Obtidos

Quer em 2023, quer em 2024, não foi contraído qualquer empréstimo pelo que não existe qualquer saldo nem encargo financeiro.

8. Inventários

2023					
Descrição	Inventário Inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário Final	CMVMC
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	40.417,93	112.856,46	40.401,26	54.145,09	139.530,56
Total	40.417,93	112.856,46	40.401,26	54.145,09	139.530,56

2024					
Descrição	Inventário Inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário Final	CMVMC
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	54.145,09	93.436,90	38.832,00	54.058,72	132.355,27
Total	54.145,09	93.436,90	38.832,00	54.058,72	132.355,27

9. Rédito

Descrição	2024	2023
Vendas	42,69	40,65
Prestações de Serviços		
Quotas dos utilizadores	1.554.650,88	1.531.847,10
Quotizações e Joias	5.013,00	4.947,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Serviços secundários	42.225,56	3.624,00
ISS – Acordos de cooperação	2.434.081,43	2.354.427,26
Juros	42.635,36	19.509,45
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	4.078.648,92	3.914.395,46

10. Provisões

Sem existência de provisões.

14. Outras Informações

De modo a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

14.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2023 a Entidade detinha os seguintes Investimentos Financeiros:

Descrição	2024	2023
Investimentos noutras empresas	149,64	149,64
Outros investimentos financeiros	22.460,91	22.460,91
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	22.610,55	22.610,55

14.2 Créditos a receber

Para os períodos de 2024 e 2023 a rubrica “Créditos a Receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Cientes e utentes c/c		
Cientes	8.284,92	7.930,29
Utentes – saldo devedor	49.687,29	53.044,44
Utentes – saldo credor	0,00	0,00
Total	57.972,21	60.974,73
Cientes e Utentes títulos a receber		
Cientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Cientes e Utentes cobrança duvidosa		
Cientes	16.684,00	5.724,46
Utentes	25.560,53	20.743,92
Total	42.244,53	26.468,38
Adiantamento de Clientes e Utentes	100.348,31	107.133,12
Clientes com caução	1.935,00	1.885,00

Nos períodos de 2024 e 2023 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2024	2023
Cientes	10.959,54	0,00
Utentes	5.050,89	2.267,77
Total	16.010,43	2.267,77

Nos períodos de 2024 e 2023 foram registadas as seguintes “Reversões de Perdas por Imparidade”:

Descrição	2024	2023
Cientes	0,00	11.176,54
Utentes	234,28	1.713,96
Total	234,28	12.890,50

14.3 Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros

Esta rubrica, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, evidenciava os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Fundadores/.../Associados/Membros	11,00	15,50
Total	11,00	15,50

14.4 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” apresentava, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a seguinte composição:

Descrição	2024	2023
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamento a fornecedores	0,00	122,02
Adiantamentos a fornecedores de investimento	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	29.838,00	27.217,35
Entidades Públicas	96.440,89	72.519,34
Outros Devedores	426.895,91	246,81
Total	553.174,80	100.105,52

14.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Diferimentos” apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Gastos a reconhecer	14.738,18	21.380,71
Rendimentos a reconhecer	16.352,71	22.075,29

14.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa de Depósitos Bancários”, demonstrava os seguintes saldos, em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Descrição	2024	2023
Caixa	240,95	731,98
Depósitos à ordem	516.721,42	377.486,34
Depósitos a prazo	1.060.112,93	1.933.112,93
Total	1.577.075,30	2.311.331,25

14.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

2023				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	5.527.770,67	233.690,50	0,00	5.761.461,17
Excedentes de Revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	467.588,48	7.500,00	20.473,72	454.614,76
Doações	236.906,83	0,00	0,00	236.906,83
Outros	0,00	149,64	0,00	149,64
Total	6.232.265,98	241.340,14	20.473,72	6.453.132,40

2024				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	5.761.461,17	60.246,65	0,00	5.821.707,82
Excedentes de Revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	454.614,76	577.678,32	27.694,69	1.004.598,39
Doações	236.906,83	0,00	0,00	236.906,83
Outros	149,64	0,00	0,00	149,64
Total	6.453.132,40	637.924,97	27.694,69	7.063.362,68

14.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da forma seguinte:

Descrição	2024	2023
Fornecedores c/c	144.563,60	93.283,46
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	144.563,60	93.283,46

14.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e Outros Entes Públicos" está subdividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Ativo		
IRC	0,00	0,00
IVA	168.995,80	5.164,72
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	168.995,80	5.164,72
Passivo		
IRC	0,00	0,00
IVA	462,05	2.016,37
IRS	18.297,00	7.797,00
Segurança Social	77.374,20	56.402,53
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Fundos de Compensação	0,00	0,00
Total	96.133,25	66.215,90

14.10 Outros passivos correntes

A rubrica “outros passivos correntes” desdobra-se da forma seguinte:

Descrição	2024	2023
Pessoal	528,72	722,62
Fornecedores de Investimentos	15.540,85	4.626,24
Clientes e Utentes - cauções	1.935,00	1.885,00
Adiantamentos de clientes	100.348,31	107.133,12
Credores por acréscimos de gastos	479.558,38	429.253,19
Outros credores	35.428,31	18.793,20
Entidades Públicas	0,00	0,00
Total	633.339,57	562.413,37

14.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A entidade reconheceu, nos períodos de 2024 e 2023, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2024	2023
Subsídios do Estado e outros entes públicos	117.729,86	76.507,27
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	58.305,94	63.738,33
Legados	0,00	0,00
Total	176.035,80	140.245,60

14.12 Fornecimentos e serviços externos

Os “Fornecimentos e serviços externos” subdividem-se da seguinte forma, relativamente aos anos de 2024 e 2023:

Descrição	2024	2023
Subcontratos	306.894,41	330.646,50
Serviços especializados	179.923,99	175.242,10
Materiais	28.933,43	21.368,39
Energia e fluidos	279.726,03	214.189,48
Deslocações, estadas e transportes	787,82	1.103,48
Serviços diversos	298.991,33	324.538,60
Total	1.095.257,01	1.067.088,55

14.13 Trabalhos para a própria entidade

Os trabalhos para a própria entidade totalizaram nos anos de 2024 e 2023 os seguintes montantes:

Descrição	2024	2023
Ativos fixos tangíveis	9.111,57	5.140,91
Total	9.111,57	5.140,91

14.14 Outros rendimentos

A rubrica "Outros rendimentos" encontra-se dividida da forma seguinte:

Descrição	2024	2023
Rendimentos Suplementares	18.703,98	19.557,65
Descontos de pronto pagamento obtidos	74.465,82	55.049,37
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	151.240,36	125.364,76
Juros de depósitos a prazo	42.635,36	19.509,45
Outros rendimentos e ganhos	52.317,87	45.149,50
Total	339.363,39	264.630,73

14.15 Outros Gastos

A rubrica "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Impostos	2.036,30	563,91
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Serviços bancários	0,00	0,00
Outros gastos e perdas	33.903,23	46.755,18
Total	35.939,53	47.319,09

14.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação revelada nas contas.

O Diretor-geral



O Contabilista Certificado


(CC 64202)

As demonstrações financeiras, para o exercício de 2024 foram aprovadas pela Mesa Administrativa, em 19 de março de 2025.

A Mesa Administrativa:

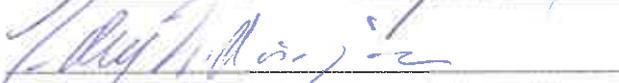
Provedor



Vice-Provedor



Secretário



Tesoureiro



Vogal



Anexo 2 – DMR Comparativas

C

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'C', a circled signature, and several other illegible signatures.]





The image shows a large, stylized blue signature or mark on the left side of the page, and a vertical column of smaller blue signatures and initials on the right side. The large mark is a single, continuous, sweeping line that forms a shape resembling a large 'S' or a stylized 'C'. The smaller marks on the right are a series of distinct signatures and initials, including a small 'C' at the top, followed by several more complex and stylized signatures, and finally a large, bold signature at the bottom.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA E POR VALÊNCIAS

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900101 - LAR IDOSO:
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

UNIDADE MONETÁRIA(1)

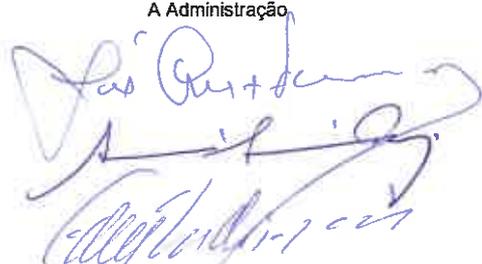
EUR Factor:

1

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados		1 127 346.49	1 083 870.47
Subsídios ISS		703.80	0.00
Subsídios de Outras Entidades		19 543.66	17 318.24
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjun		0.00	0.00
Variação nos inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-18 484.55	-15 223.22
Fornecimentos e serviços externos		-341 791.16	-325 089.18
Gastos com o pessoal		-828 060.38	-691 123.82
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-491.40	0.00
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		42 923.68	28 896.16
Outros gastos		-2 040.80	-501.75
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-350.66	98 146.90
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-65 101.01	-65 950.49
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-65 451.67	32 196.41
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		-65 451.67	32 196.41
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		-65 451.67	32 196.41

A Administração,

O Contabilista Certificado




Agostinho de Almeida Bizarro



Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro do

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900102 - LAR ACAMAD

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

1

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados		1 753 891.48	1 727 314.13
Subsídios ISS		551.54	0.00
Subsídios de Outras Entidades		19 385.91	23 008.90
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjun		0.00	0.00
Variação nos inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-16 491.74	-14 603.35
Fornecimentos e serviços externos		-478 074.36	-491 311.92
Gastos com o pessoal		-1 335 599.49	-1 155 983.85
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-1 299.87	-898.95
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		45 043.15	36 491.98
Outros gastos		-3 009.69	-744.26
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-15 603.07	123 272.68
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-50 828.88	-48 838.03
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-66 431.95	74 434.65
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		-66 431.95	74 434.65
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		-66 431.95	74 434.65

A Administração

O Contabilista Certificado

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900103 - SAD

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

1

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados		300 003.20	290 809.80
Subsídios ISS		0.00	5 622.47
Subsídios de Outras Entidades		0.00	1 727.92
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjun		0.00	0.00
Variação nos inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-2 774.34	-2 531.96
Fornecimentos e serviços externos		-91 824.37	-91 873.98
Gastos com o pessoal		-221 627.36	-191 464.02
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		234.28	1 683.96
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		15 922.04	12 712.17
Outros gastos		-564.01	-586.65
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-630.56	26 099.71
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-15 563.61	-15 025.04
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-16 194.17	11 074.67
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		-16 194.17	11 074.67
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		-16 194.17	11 074.67

A Administração

O Contabilista Certificado

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro de

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900104 - CRECHE

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

1

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados		454 767.02	397 523.81
Subsídios ISS		10 951.00	10 736.28
Subsídios de Outras Entidades		29 012.12	25 241.18
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjun		0.00	0.00
Varição nos inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-45 169.34	-42 522.19
Fornecimentos e serviços externos		-53 621.39	-38 782.70
Gastos com o pessoal		-439 681.65	-328 657.50
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0.00	0.00
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		14 807.16	6 168.97
Outros gastos		-1 062.80	-67.66
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-29 997.88	29 640.19
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-24 378.68	-10 200.70
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-54 376.56	19 439.49
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		-54 376.56	19 439.49
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		-54 376.56	19 439.49

A Administração

O Contabilista Certificado

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
 Agostinho de Almeida Bizarro
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900105 - JARDIM

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

1

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados		193 042.85	212 820.42
Subsídios ISS		0.00	0.00
Subsídios de Outras Entidades		46 298.36	15 030.42
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjun		0.00	0.00
Variação nos inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-28 848.12	-35 057.07
Fornecimentos e serviços externos		-37 240.29	-29 876.08
Gastos com o pessoal		-218 178.69	-207 800.03
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-2 050.05	-1 189.52
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		7 629.74	5 727.50
Outros gastos		-894.68	-857.89
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-40 240.88	-41 202.25
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-10 864.83	-10 086.35
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-51 105.71	-51 288.60
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		-51 105.71	-51 288.60
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		-51 105.71	-51 288.60

A Administração

O Contabilista Certificado

Agostinho de Almeida Bizarro

Agostinho de Almeida Bizarro

Agostinho de Almeida Bizarro

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900106 - ATL

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados		63 986.05	96 542.88
Subsídios ISS		0.00	0.00
Subsídios de Outras Entidades		12 622.26	12 147.53
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjun		0.00	0.00
Varição nos inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-18 031.35	-28 631.29
Fornecimentos e serviços externos		-11 981.51	-17 338.48
Gastos com o pessoal		-92 938.46	-140 134.79
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-1 209.57	-179.30
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		2 322.64	4 935.10
Outros gastos		-10.45	-40.60
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-45 240.39	-72 698.95
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-5 838.44	-6 014.95
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-51 078.83	-78 713.90
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		-51 078.83	-78 713.90
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		-51 078.83	-78 713.90

A Administração

O Contabilista Certificado

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
 Agostinho de Almeida Bizarro
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d.

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900107 - Cantina Soci

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

1

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados		13 663.50	9 264.00
Subsídios ISS		5 887.53	8 796.56
Subsídios de Outras Entidades		0.00	0.00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjun		0.00	0.00
Variação nos inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-234.20	-286.73
Fornecimentos e serviços externos		-8 970.51	-9 776.82
Gastos com o pessoal		-9 216.11	-6 085.83
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0.00	0.00
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		0.00	310.00
Outros gastos		0.00	0.00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 130.21	2 221.18
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		0.00	0.00
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 130.21	2 221.18
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		1 130.21	2 221.18
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		1 130.21	2 221.18

A Administração

O Contabilista Certificado

Agostinho de Almeida Bizarro

Agostinho de Almeida Bizarro

Agostinho de Almeida Bizarro

[Signature]

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro de

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900108 - Centro Dia

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados		85 448.25	70 980.50
Subsídios ISS		0.00	0.00
Subsídios de Outras Entidades		0.00	0.00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjun		0.00	0.00
Variação nos inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-912.17	-693.77
Fornecimentos e serviços externos		-35 028.16	-30 503.32
Gastos com o pessoal		-63 184.75	-59 040.39
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0.00	30.00
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		119.90	255.49
Outros gastos		-81.54	-27.06
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-13 638.47	-18 998.55
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-10 976.54	-11 211.01
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-24 615.01	-30 209.56
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		-24 615.01	-30 209.56
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		-24 615.01	-30 209.56

A Administração

O Contabilista Certificado

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Agostinho de Almeida Bizarro

[Handwritten signature]

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900201 - Administração

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

1

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados		43 864.72	5 760.00
Subsídios ISS		1 333.28	2 788.50
Subsídios de Outras Entidades		2 125.32	10 760.21
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjun		0.00	0.00
Variação nos inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-1 409.46	-258.60
Fornecimentos e serviços externos		-17 243.36	-10 664.88
Gastos com o pessoal		-4 155.11	-65.00
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0.00	0.00
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	13 997.25
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		59 354.72	42 531.44
Outros gastos		-27 220.77	-32 745.79
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		56 649.34	32 103.13
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-1 502.18	-1 639.67
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		55 147.16	30 463.46
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		55 147.16	30 463.46
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		55 147.16	30 463.46

A Administração

O Contabilista Certificado

Agostinho de Almeida Bizarro

Agostinho de Almeida Bizarro

Agostinho de Almeida Bizarro

[Signature]

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro de

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900202 - Carpintaria

UNIDADE MONETÁRIA(1)

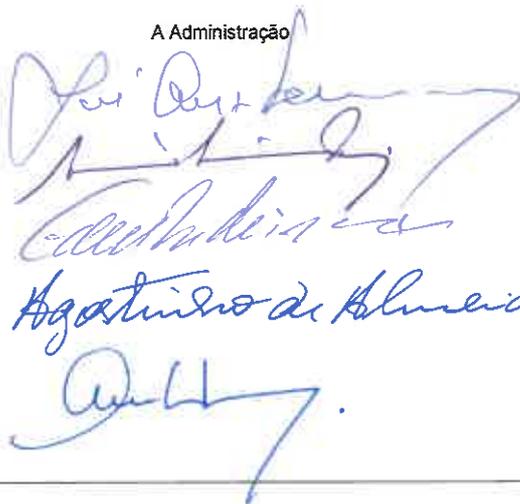
EUR Factor:

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados		0.00	0.00
Subsídios ISS		0.00	0.00
Subsídios de Outras Entidades		0.00	0.00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjun		0.00	0.00
Variação nos inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		9 111.57	5 140.91
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0.00	0.00
Fornecimentos e serviços externos		0.00	0.00
Gastos com o pessoal		-9 111.57	-5 140.91
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0.00	0.00
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		0.00	0.00
Outros gastos		0.00	0.00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		0.00	0.00
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		0.00	0.00
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		0.00	0.00
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		0.00	0.00
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		0.00	0.00

A Administração

O Contabilista Certificado


 Agostinho de Almeida Bizarro



Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900203 - Culto\Cultur

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

1

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados		0.00	0.00
Subsídios ISS		0.00	0.00
Subsídios de Outras Entidades		0.00	30.94
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjun		0.00	0.00
Variação nos inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0.00	0.00
Fornecimentos e serviços externos		-899.75	-334.47
Gastos com o pessoal		0.00	0.00
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0.00	0.00
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		0.00	0.03
Outros gastos		0.00	0.00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-899.75	-303.50
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		0.00	0.00
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-899.75	-303.50
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		-899.75	-303.50
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		-899.75	-303.50

A Administração

O Contabilista Certificado

Agostinho de Almeida Bizarro
Agostinho de Almeida Bizarro



Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro do Sul

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900204 - Privação Material

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados		0.00	0.00
Subsídios ISS		23 621.02	0.00
Subsídios de Outras Entidades		0.00	0.00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0.00	0.00
Variação nos inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0.00	0.00
Fornecimentos e serviços externos		-1 669.97	0.00
Gastos com o pessoal		-21 951.05	0.00
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0.00	0.00
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		0.00	0.00
Outros gastos		0.00	0.00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		0.00	0.00
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		0.00	0.00
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		0.00	0.00
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		0.00	0.00
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		0.00	0.00

A Administração

O Contabilista Certificado

Agostinho de Almeida Bizarro

[Handwritten Signature]

Agostinho de Almeida Bizarro

[Handwritten Signature]

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900205 - Predios

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

1

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados		0.00	0.00
Subsídios ISS		0.00	0.00
Subsídios de Outras Entidades		4 000.00	7 036.45
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjun		0.00	0.00
Variação nos inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0.00	0.00
Fornecimentos e serviços externos		-16 912.18	-21 536.72
Gastos com o pessoal		-14 334.60	-8 302.97
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-10 959.54	11 176.54
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		151 240.36	126 601.89
Outros gastos		-1 054.79	-11 747.43
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		111 979.25	103 227.76
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-52 339.02	-52 295.41
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		59 640.23	50 932.35
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		59 640.23	50 932.35
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		59 640.23	50 932.35

A Administração

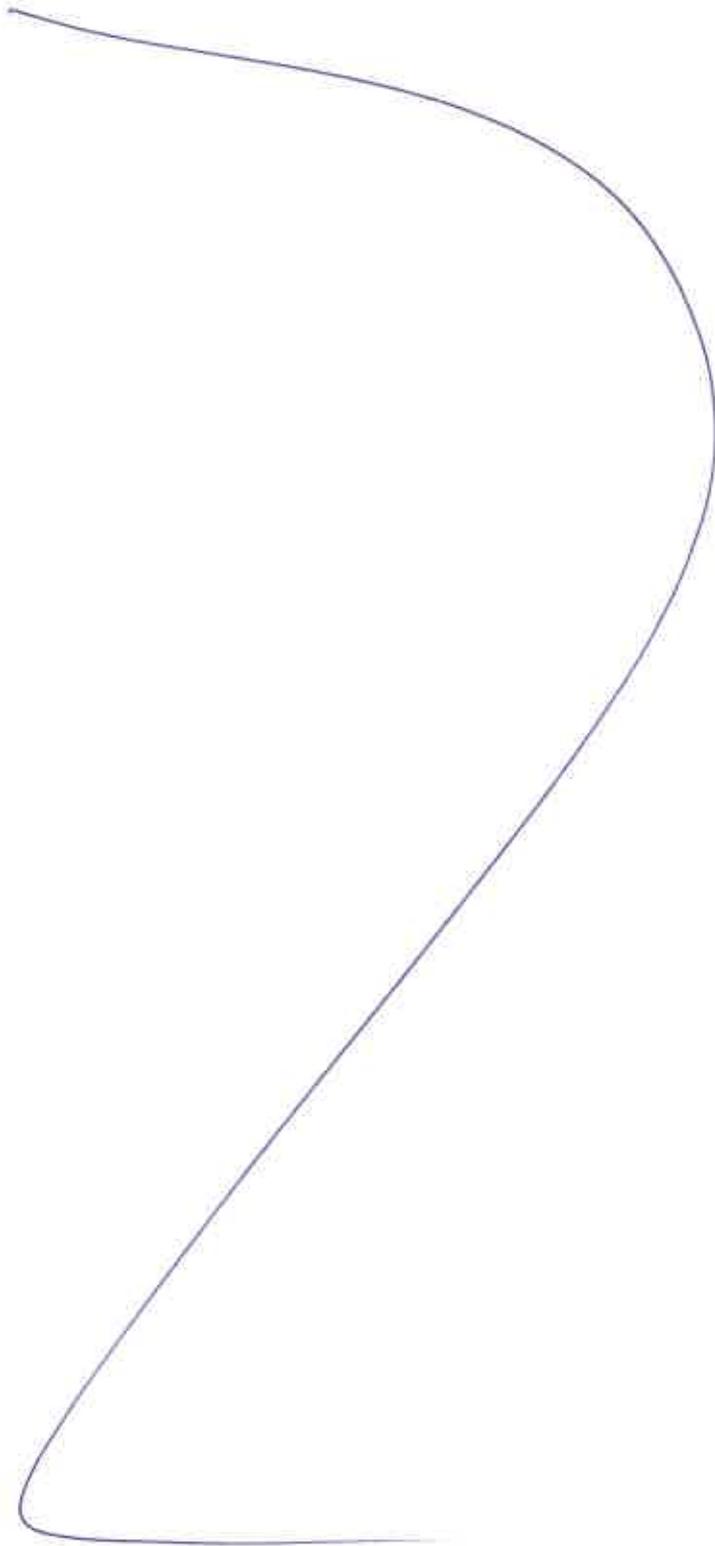
O Contabilista Certificado

Agostinho de Almeida Bizarro

Agostinho de Almeida Bizarro

Agostinho de Almeida Bizarro

IR

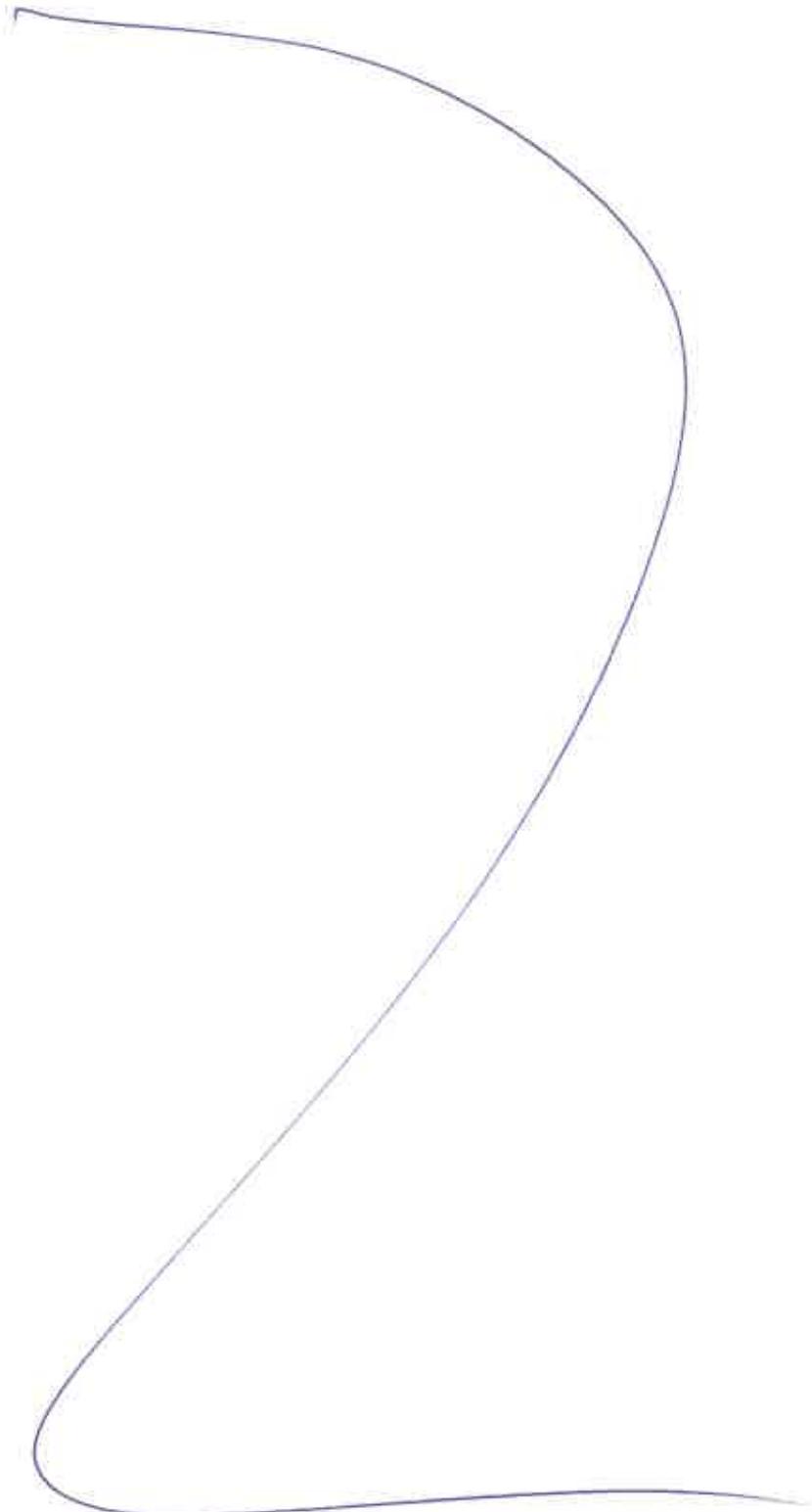


Q.
[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large stylized signature at the bottom.]

Anexo 3 – Parecer do Conselho Fiscal

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below.]





C.
[Handwritten initials]
[Handwritten initials]
[Handwritten initials]
[Handwritten initials]
[Handwritten initials]
[Handwritten initials]
[Handwritten initials]

Anexo 4 – Ata da Assembleia Geral

[Handwritten signatures in blue ink]



[Handwritten signature]

[Large handwritten mark]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE S.ANTÓNIO DE S.PEDRO DO SUL**, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2024 (que evidencia um total de 7.739.516 euros e um total dos fundos patrimoniais de 6.849.127 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 214.236 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos aspetos materiais, a posição financeira de **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE S.ANTÓNIO DE S.PEDRO DO SUL** em 31 de Dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. nº 176

Responsabilidades do Órgão de Gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório da direção nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção

2

Sede
Rua Batalha Reis, n.º 81
6300 – 668 GUARDA
Tel: 271 227303 * Fax: 271 227304
«chamada de rede fixa nacional»
Email: vs@vsroc.pt

Delegação Coimbra
Av. Fernão de Magalhães, n.º 619 – Ed. Mond – Sala 101
3000 - 178 COIMBRA
Tel: 239 821777 * Fax: 239 841027
«chamada de rede fixa nacional»
Email: geral@marquesdealmeida.pt

Delegação Viseu
Rua Eça de Queirós, n.º16
3500 – 417 VISEU
Tel: 232 435277 * Fax: 232 435279
«chamada de rede fixa nacional»
Email: joaonunes.roc@mail.telepac.pt

material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. n.º 176

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Guarda, 26 de Março de 2025

MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES,
V. SIMÕES & ASSOCIADOS SROC, S.A.
representada por:

Victor Manuel Lopes Simões – ROC 780,
registado na CMVM com o n.º 20160413

Sede
Rua Batalha Reis, n.º 81
6300 – 668 GUARDA
Tel: 271 227303 * Fax: 271 227304
«chamada de rede fixa nacional»
Email: vs@vsroc.pt

Delegação Coimbra
Av. Fernão de Magalhães, n.º 619 – Ed. Mond – Sala 101
3000 - 176 COIMBRA
Tel: 239 821777 * Fax: 239 841027
«chamada de rede fixa nacional»
Email: geral@marquesdealmeida.pt

Delegação Viseu
Rua Eça de Queirós, n.º 16
3500 – 417 VISEU
Tel: 232 435277 * Fax: 232 435279
«chamada de rede fixa nacional»
Email: joaonunes.roc@mail.telepac.pt